

PROCESSO IBAMA 02022.003208/2006-51

Linha de Ação A
Projeto Redes de Cidadania
DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE
SANTA CRUZ



Setembro de 2021

E&P



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPÍRITO SANTO



REDES
DE
CIDADANIA



PETROBRAS

Linha de Ação A

Projeto Redes de Cidadania

DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE

SANTA CRUZ

Setembro de 2021



PETROBRAS



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPIRITO SANTO

E&P

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

D537 Diagnóstico da comunidade de Santa Cruz / Giovanilton André Carretta Ferreira, Augusto Cesar Salomão Mozine, Viviane Mozine Rodrigues, [coordenação] - Vila Velha : SEGEX, 2021.

73p. : il. (Coleção Redes de Cidadania)

Publicação digitalizada – PDF.

Linha de ação A.

Projeto Redes de Cidadania.

ISBN: 978-65-996086-0-5

1. Educação ambiental. 2. Pesca artesanal – Aracruz (ES). 3. Política social. 4. Cultura popular. I. Ferreira, Giovanilton André Carretta. II. Mozine, Augusto Cesar Salomão. III. Rodrigues, Viviane Mozine. IV. Título. V. Série.

CDD 363.70071

A Coleção Redes de Cidadania foi financiada pelo PEA-Redes de Cidadania, que integra o Programa de Educação Ambiental regulado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama 01 de 2010, sendo caracterizado como medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama e formalizado por meio do convênio 5400.0107359.18.4 firmado entre a Universidade Vila Velha UVV-ES e a Petrobras.

Realização:

Universidade Vila Velha

Convênio:

Petrobras

Reitor:

Heraclito Amancio Pereira Junior

Petrobras:

**Unidade de Negócios do Espírito Santo -
UN-ES**

Vice-reitor:

Rafael da Silva Galveas Oliveira

Gerente Setorial de Pós Licença e
Conformidade Ambiental para Atividades
de E&P em Águas Profundas:

Cristina Guerreiro de Meneses

Pró-reitora Acadêmica:

Leda Maria Couto Nogueira

Equipe Técnica de Socioeconomia:

Gisele Medice Roriz Milanezi

Pró-reitora de Pós-graduação Pesquisa e

Extensão:

Denise Coutinho Endringer

Nelson Orasmo Filho

**Angélica Gering Gabrecht Oliveira (ACV
Tecline)**

Superintendente:

Edson Franco Imaginário

Fabiana Florentino Morini (ACV Tecline)

**Grupo de Pesquisa em Ecologia Política
e Governança Ambiental-EcoPol
PEA-Redes de Cidadania**

Coordenadora Geral:

Viviane Mozine Rodrigues

Coordenador Institucional:

Augusto Cesar Salomão Mozine

Assessoria Pedagógica:

George Bassul Areias

Assessoria de Produção de Conteúdo

Renata Cristina Pinto Pazzini

Gerência de Campo:

Rosangela Pinto Rezende Sette

Coleção Científica Redes de Cidadania

Conselho Científico:

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (Universidade de São Paulo)	Gilton Luís Ferreira (Universidade Federal do Espírito Santo)
Augusto Cesar Salomão Mozine (Universidade Vila Velha)	Giovanilton André Carretta Ferreira (Universidade Vila Velha)
Carlos Frederico Bernardo Loureiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	Lucia Maria Machado Bógus (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
David Baião Nemer (University of Virginia)	Luiz Fernando Oliveira Fontes (Universidade do Minho)
Elaine Harada Teixeira (Universidade Federal do Amazonas)	Manuela Vieira Blanc (Universidade Federal do Espírito Santo)
Elisa Antônia Ribeiro (Instituto Federal do Triângulo Mineiro)	Maria Manuela dos Reis Martins (Universidade do Minho)
Flavia Donadelli (Victoria University of Wellington)	Maria do Carmo Franco Ribeiro (Universidade do Minho)
Fernanda Magalhães (Universidade do Minho)	Renan Lubanco Assis (Universidade Vila Velha)
Jorge da Silva Macaísta Malheiros (Universidade de Lisboa)	Tatiana Walter (Universidade Federal do Rio Grande)
José Luiz Gonçalves Moreira da Silva Zêzere (Universidade de Lisboa)	Tiago Miguel D'Ávila Martins Freitas (EASME-European Commission)
José Manuel Mendes (Universidade de Coimbra)	Thiago Silva Soares (Herpeto Capixaba)
Geraldo Márcio Timóteo (Universidade Estadual do Norte Fluminense)	Viviane Mozine Rodrigues (Universidade Vila Velha)

Conselho Técnico:

Maria Angela Rosa Soares
Renata Cristina Pinto Pazzini
Vinicius Francisco Marchese

Secretaria Executiva:

Daniel Lopes Celante

Responsáveis Técnicos:

Coordenação:

Giovanilton André Carretta Ferreira

Augusto Cesar Salomão Mozine

Viviane Mozine Rodrigues

Pesquisadores:

Renan Lubanco Assis

Maria Angela Rosa Soares

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Roberto Cabral Junior

Técnicos:

Amanda Azevedo da Silva

Carolina Erler Mozzer

Katrinny de Mello Anjos

Rafael Moulin Pimenta

Revisão:

Augusto Cesar Salomão Mozine

Maria Angela Rosa Soares

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Diagramação:

Roberto Cabral Junior

Maria Angela Rosa Soares

Imagens/Arte:

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Roberto Cabral Junior

Rafael Moulin Pimenta

Apoio:

Daniel Lopes Celante

Danusia Peixoto Pereira

Pauliana Pereira da Silva

Rafael Rebeque de Brito Grijó Rosa

Victor Dorsh Vieira

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO	9
II	METODOLOGIA	15
III	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA	20
III.1	Localização e acesso à comunidade	20
III.2	Instituições representativas da pesca	22
III.3	Locais de embarque e desembarque pesqueiro	23
IV	CARACTERIZAÇÃO DA PESCA	25
IV.1	Áreas de atuação da atividade pesqueira	26
IV.2	Carreira da pesca.....	26
IV.3	Características das embarcações	28
IV.4	Técnicas e petrechos de pesca	31
V	ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS	31
V.1	Histórico de formação e evolução urbana/territorial.....	31
V.2	Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira.....	37
V.3	Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira	40
VI	ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE	43
VI.1	Caracterização sociocultural	43
VI.2	Principais Patrimônios culturais	46
VII	RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA	52
VIII	REFERÊNCIAS	55
IX	APÊNDICES	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Santa Cruz, Aracruz	20
Figura 2 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Santa Cruz, Aracruz.....	21
Figura 3 - Píer do Ponto de Encontro dos Heróis	23
Figura 4 - Píer do Recanto Siri Patola	24
Figura 5 - Barco médio manual	28
Figura 6 - Barco médio com rolamento hidráulico	29
Figura 7 - Barco médio com guincho.....	29
Figura 8 - Bateira.....	30
Figura 9 - Barco de alumínio	30
Figura 10 - Análise da evolução urbana de Santa Cruz, ano de 1986	34
Figura 11 - Análise da evolução urbana de Santa Cruz, ano de 2010	35
Figura 12 - Análise da evolução urbana de Santa Cruz, ano de 2015	36
Figura 13 - Análise da evolução urbana de Santa Cruz, ano de 2015	36
Figura 14 – Imagem aérea da comunidade de Santa Cruz, com destaque para o loteamento a sul da área urbanizada	41
Figura 15 - Recanto do Siri Patola.....	44
Figura 16 - Ponto dos Mentirosos.....	44
Figura 17 - Bar dos Pescadores	45
Figura 18 - Ponto de Encontro dos Heróis	45
Figura 19 - Objetos pertencentes às famílias de imigrantes italianos que se instalaram na região.....	47
Figura 20 - Urnas funerárias indígenas da “tradição arqueológica Aratu”	48
Figura 21 - Antigo armazém com arquitetura colonial	48

Figura 22 - Instrumentos da Banda de Música de Santa Cruz, fundada em 1929	49
Figura 23 - Objetos indígenas Guaranis	49
Figura 24 - Cadeira usada por D. Pedro II, duas medidas de bronze deixadas por este e uma espada da guarda imperial	50
Figura 25 - Objetos indígenas Guaranis	50
Figura 26 - Tambores, cuíca e casacas pertencentes à banda de congo da região	51
Figura 27 - Objetos indígenas Tupiniquins	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Linha temporal do PIB de Aracruz	39
Gráfico 2 – Evolução demográfica de Aracruz	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias	17
---	----

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO	59
APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES	68
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE.....	72

I INTRODUÇÃO

Este diagnóstico parcial é um dos produtos desenvolvidos no Programa de Educação Ambiental-PEA Redes de Cidadania-RdC - UVV/PETROBRAS. A realização deste programa é uma medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. A proposta do plano de trabalho deste programa atende a Linha A do programa de educação ambiental da Unidade de Negócios do Espírito Santo-UN/ES.

Os principais objetivos do programa como um todo são: formar e empoderar lideranças; identificar redes sociocomunitárias; dar formação, por meio de cursos de extensão em questões relativas à legislação ambiental; reforçar estratégias tradicionais e de economia solidária vinculadas à geração de trabalho e renda; dar formação em letramento digital e dar acesso a políticas e instituições ambientais.

O documento aqui apresentado consiste em um diagnóstico das relações sociais, ambientais, políticas e culturais da comunidade de pesca artesanal de Santa Cruz, localizada no município de Aracruz, como uma das comunidades abrangidas pelo PEA Redes de Cidadania. Este documento apresenta um diagnóstico parcial das atividades produzidas pela equipe da Redes de Conhecimento, realizadas até maio de 2020 com base nas diretrizes do projeto, respaldadas pela Educação Ambiental Crítica-EAC, conforme indicado no Plano de Trabalho do PEA.

O quadro teórico que fornece suporte para este diagnóstico preliminar se fundamenta em discussões clássicas e contemporâneas, tratando das circunstâncias ambientais, urbanísticas, sociais e políticas que norteiam a pesca, sobretudo a artesanal do litoral centro e norte do Estado do Espírito Santo.

A atividade pesqueira, em um primeiro momento, era realizada por povos indígenas, os quais laboravam também na agricultura, exercendo um tipo de policultura litorânea. Com as transformações sociais e econômicas por que passou a sociedade, o setor pesqueiro, assim como os demais setores

econômicos, se vinculou a uma economia urbana e mercantil, sendo subsidiado por terceiros, os quais passaram a demandar maior produtividade. Esta nova realidade insere a figura do atravessador e explica a introdução de novos petrechos de pesca, tais como: gelo para conservação do pescado – em maior quantidade – redes de náilon, motor de popa e de centro (DIEGUES, 1995).

Com o surgimento da figura do atravessador e a inserção de novos petrechos de pesca, o quadro se modificou significativamente. A partir do ano de 1967, com a promulgação do Decreto-Lei nº 221, legislação que estimulou a pesca em todo o território nacional, houve uma considerável mudança nos tipos de embarcação. Estas passaram a comportar maior quantidade de pescado e a ter condições de ficar mais tempo no mar. Com esta mudança na pesca, surgiram muitas empresas de beneficiamento e distribuição de pescado e, com o passar do tempo, gerou também a sobrepesca. Essas transformações, diferentes do modo realizado anteriormente pelo pescador artesanal, fizeram com que o pescado ficasse cada vez mais escasso e levaram muitas empresas a entrar em falência (DIEGUES, 1995; RABELO, 2006).

Com a lei de incentivo aos pescadores de embarcações maiores, a pesca artesanal recebeu menos recursos e passou a ficar refém da pesca empresarial, que atua também nas áreas de pesca artesanal, devastando os recursos pesqueiros, bem como a “fauna acompanhante”, que é capturada juntamente com a pesca principal. Este caso se aplica com maior intensidade na pesca do camarão, cuja rede utilizada tem malha fina e impede a fuga das outras espécies (DIEGUES, 1995).

Com relação à caracterização da pesca artesanal, esta é marcada por um trabalho de características familiares, baixo poder de predação e área de captura restrita. A atividade não se restringe à pesca em si, mas se estende também à produção de petrechos utilizados em sua execução. Esta dinâmica envolve a comunidade como um todo, em um sistema de trocas que ultrapassa a relação puramente mercantil, reforçando os elos de confiança entre os membros envolvidos (DIEGUES, 1995).

Logo, a partir das supracitadas considerações, a pesca artesanal pode ser compreendida não apenas como uma atividade econômica ou de subsistência, mas como um sistema de interações envolvendo relação de parentesco, práticas alimentares, econômicas, políticas, religiosas, recreativas, além das sabidas habilidades técnicas manuais.

Dessa maneira, afora a interação entre seres humanos, ainda há que se considerar a relação ser humano-natureza. Neste sentido, pressupõe-se um processo de simetrização entre humanos e não humanos, constitutivo de todo um modo de vida, especialmente em razão das ações ambientais agenciarem as ações humanas, as quais adaptam suas rotinas aos tempos das marés, aos ciclos das espécies marinhas, às condições climáticas e a outros aspectos que podem, de alguma forma, condicionar a atividade de pescadores e marisqueiras.

Assim, cabe uma consideração teórica sobre a virada antropológica no entendimento da relação ser humano-natureza para além de uma discussão dicotômica, na qual os dois entes encontram-se distintos. Na constituição da ciência humana, institui-se a noção do europeu civilizado e do não-europeu em um “estágio cultural inferior” (SPENCER, 1939). O primeiro, relacionado ao conhecimento técnico e o segundo, ao conhecimento baseado em fenômenos naturais. Por conseguinte, a cultura humana, sobretudo a ocidental, foi tomada como um processo de distanciamento do mundo natural, consolidando a separação entre o ser humano e a natureza. Como pano de fundo deste debate há o antropocentrismo, base do pensamento iluminista.

Ao refletir sobre a modernidade, Latour (1994, p. 16) faz uma crítica a esse discurso como sendo responsável pela criação de duas zonas ontológicas distintas: humanos e não humanos, o que o autor denomina “purificação”. Esta concepção cria a noção de independência. Os estudos de sociedades tribais feitos por antropólogos, tinham grande capacidade de simetrizar humanos e não humanos, mas estes pesquisadores tinham dificuldades de fazer o mesmo exercício com suas respectivas sociedades, pelo fato de se pensarem como distintos dos não humanos. Latour supera esse equívoco ao sistematizar a noção

de ator-rede, que seria pensar os humanos como inter-relacionados aos não humanos.

Ingold (1991; 2003), é mais audacioso e incisivo no debate, sobretudo na sua crítica às bases epistemológicas da antropologia que privilegiou em demasia o social em detrimento do biológico. Em sua concepção, a “evolução” dos organismos – seres humanos e não humanos – se dá em ações situadas ambientalmente. O desenvolvimento dos seres é possível, portanto, mediante o trabalho das gerações anteriores. É nos: “[...] contextos de entrosamentos práticos dos seres humanos uns com os outros e com os seus ambientes não humanos que as formas institucionais são geradas” (2003, p. 21).

Em vista disso, cabe aqui remarcar que a relação humana não é independente dos não humanos e, a partir deste enquadramento teórico, pode-se pensar em uma relação do pescador com o ambiente. As condições ambientais agenciam a ação dos pescadores, fazendo com que o ato de compreender essa dinâmica seja fundamental na própria construção da carreira, seja ela na pesca artesanal, seja na pesca industrial.

Esse debate ganhou força no âmbito dos direitos socioambientais, noção criada a partir da crítica aos modelos de gestão dos territórios invisibilizados e dos grupos que os habitavam. A partir de discussões promovidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza-IUCN, os povos que habitavam as áreas protegidas passaram a ser incorporados ao debate (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; BARRETO FILHO, 2006; DIEGUES, 2004).

Assim, o reconhecimento dos conflitos existentes nas áreas habitadas por povos tradicionais, o debate “conservacionista tradicional”, que privilegiava apenas o cuidado com a natureza em si - diversidade biológica -, passou a “novo conservacionismo”, cujo foco seria humanista, levando em consideração não apenas a natureza, mas, ainda, as populações humanas, sobretudo as mais pobres (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; DIEGUES, 1996).

Nesse bojo torna-se fundamental o protagonismo da educação ambiental crítica, que propõe um processo transformador da comunidade por meio da

“participação cidadã”, cujo projeto de participação comunitária é pensado a partir de um projeto emancipatório. Para tanto, torna-se basilar o entendimento de que o agente humano intervém no mundo em que habita e, por isso, um processo de autoconsciência é necessário para que este possa reconhecer as suas potencialidades dentro do território e agir, não de modo individual, mas coletivo, a partir de processos educativos de mobilização comunitária (LOUREIRO, 2004; 2007; 2015).

Isto posto, tomando por base o quadro teórico apresentado, foram adotados procedimentos de coleta de dados primários e secundários, visando a sistematização das principais informações socioculturais, urbanísticas e ambientais que as comunidades dispõem. Esses aspectos serão apresentados na forma de diagnóstico.

O presente documento, que se configura em um diagnóstico parcial, está estruturado em sete seções. A primeira parte, introdutória, delimita a estrutura teórico-metodológica do programa como um todo e a do relatório. Na segunda seção é feita uma abordagem da metodologia utilizada, fundamentada em uma proposta qualitativa para o diagnóstico, no qual a comunidade estudada terá acesso aos dados levantados para poder participar do processo de elaboração do estudo, desde o desenvolvimento até a fase final da pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas em duas idas a campo e uma pesquisa bibliográfica em documentos técnicos e acadêmicos disponíveis sobre as comunidades. A sistematização destes documentos se deu na forma de fichamentos e, por meio de seleção prévia, a Redes de Conhecimento definiu quais seriam utilizados considerando as informações contidas.

A terceira seção compreende uma caracterização geral da comunidade, indicando sua localização regional e os acessos a ela. Também são apresentadas informações como a quantidade de pescadores e os principais órgãos que se relacionam com a pesca, dentre associações e a colônia à qual a comunidade se reporta. Neste ínterim, serão priorizados os órgãos de interesse

que mais interagem com a comunidade, com ênfase nas instituições representativas da pesca e suas relações sociais e políticas.

A quarta seção discorre sobre as principais características da pesca artesanal na comunidade aqui apresentada, sendo que, para este processo, foram elencadas as áreas de atuação da pesca oceânica, os processos que envolvem a atuação do pescador no setor pesqueiro e as principais categorias profissionais que envolvem a atividade. Também foram pontuadas questões como o modelo das principais embarcações utilizadas pelos pescadores e as técnicas e petrechos mais utilizados na captura do pescado. Por fim, dentre os aspectos a serem apresentados a respeito da comunidade de pescadores artesanais, ainda são assinaladas as redes de relações sociais que compreendem esse grupo.

A quinta seção tem por objetivo caracterizar a comunidade por meio de seus aspectos territoriais e urbanos. É proposta uma análise da evolução urbana recente da localidade, bem como a análise do uso e ocupação do solo urbano e os conflitos com outras comunidades que ali vivem. Este tópico analisa os aspectos atualmente consolidados da urbe, indicando quais são os possíveis impactos e transformações imputados pela lógica urbana vigente, além de analisar a implantação de empreendimentos de grande porte existentes ou não na região estudada. Neste item também são identificados os conflitos políticos de escala urbana e socioambiental encontrados na comunidade até o momento, auxiliando na produção dos mapas socioambientais com base nas relações estabelecidas.

A sexta seção compreende o levantamento das atividades culturais da comunidade. Os principais elementos destacados correspondem às características socioculturais que envolvem a sua formação sócio histórica. Esta seção realça os processos de ocupação do lugar e identifica como determinados grupos foram se apropriando de práticas de subsistência que envolviam as populações indígenas que habitavam o local, estabelecendo todo um modo de vida. A descrição de atividades culturais da comunidade se atém às festividades realizadas e a relação dessas com aspectos religiosos e sociais referentes à atividade pesqueira. No que concerne aos patrimônios culturais, são elencados

objetos existentes na comunidade, práticas presentes nas festividades, bem como a dinâmica sociocultural local.

A sétima seção aborda a relação sociopolítica da comunidade. Esta é entendida como o modo pelo qual a comunidade pesqueira é retratada nas instâncias locais e regionais de representação da pesca artesanal e como são percebidas pelos pescadores locais. Para tal abordagem, são elencadas as lideranças formais, informais, femininas e jovens da comunidade.

II METODOLOGIA

Para a coleta de elementos constitutivos da comunidade em seus aspectos sociais, históricos e culturais, adotou-se a triangulação metodológica (FLICK, 2005), na qual foram combinados diferentes métodos qualitativos de coleta de dados. Para tanto, lançou-se mão da História de Vida, História Oral (BECKER, 1997; DELORY-MOMBERGER, 2012; THOMAS; ZNANIECKI, 2006; HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), Observação Direta (GIUMBELLI, 2002) e levantamento de dados em fontes secundárias. As principais técnicas empregadas na realização dos métodos mencionados foram entrevistas (GIUMBELLI, 2002; GARFINKEL, 2018) e percursos comentados (THIBAUD, 2002).

A história de vida objetiva compreender o contexto nos quais os pescadores estão inseridos, a partir de suas narrativas individuais. A história oral auxilia na coleta de relatos de pescadores que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. A observação direta é uma ferramenta importante da antropologia e possibilita a participação dos pesquisadores em atividades desenvolvidas pelas comunidades, sejam elas, laborais, recreativas ou festivas. O levantamento de dados secundários consistiu na elaboração de um banco de dados que deu pistas para a coleta de dados *in loco* e fornece suporte para o processo de elaboração das oficinas de validação.

A principal técnica de auxílio foi a entrevista semiestruturada, realizada com os principais grupos contemplados pelo PEA Redes de Cidadania: pescadores e

pescadoras artesanais, marisqueiros e marisqueiras e familiares desses grupos. As entrevistas foram elaboradas com base em uma primeira incursão de campo, exploratória, feita entre os meses de março e abril de 2019. Neste período foram realizadas algumas entrevistas com o público da ação educativa e, a partir desta ação inicial, elaborou-se um termo de referência para orientar as próximas incursões — Apêndice A.

Em linhas gerais, os itens que nortearam a coleta foram: levantamento de lideranças formais, feminina e jovem; levantamento das relações sociopolíticas das comunidades; levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social; levantamento das relações socioambientais; levantamento de atividades culturais; levantamento de conflitos socioambientais; levantamento de órgãos de interesse da comunidade; levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade e levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental. Estes itens foram categorizados como *nós* e *subnós* no *software* NVivo 12 Pro., no qual é feita a sistematização das informações para que possam ser, *a posteriori*, facilmente encontradas em uma ferramenta de busca. Esta, por sua vez, ainda possibilita o cruzamento dos dados já tratados no processo de alimentação do sistema.

No que se refere ao primeiro contato com a comunidade de Santa Cruz, este se deu por meio das principais lideranças, as quais, na medida em que indicavam outros pescadores, possibilitavam o contato para a realização de uma nova entrevista, seguindo desse modo o procedimento amostral por cadeia de referência: bola de neve. Assim, sempre que uma entrevista era realizada, novas sugestões de entrevistados eram fornecidas. Ao todo foram realizadas 7 entrevistas na comunidade, somando 10 entrevistados.

No processo de entrevistas adotou-se ainda a técnica do percurso comentado, com adaptações à realidade na qual estávamos inseridos. Esta técnica compreende acompanhar o entrevistado em um percurso que ele mesmo sugere, para que, no trajeto, sejam observados locais de referência para o entrevistado e suas memórias sobre o espaço que é percorrido.

Após a coleta de dados com os métodos e técnicas descritos, será feito um retorno ao campo - reunião de diagnóstico - para validação dos dados coletados – Apêndice B.

Quanto a realização dos mapeamentos, bases de dados foram elaboradas para organização sistêmica dos Planos de Informações-PIs georreferenciados, a serem obtidos por fontes primárias e secundárias. Os PIs estão organizados em duas Bases de Dados, as quais compreendem, respectivamente, dados disponibilizados *online* por instituições públicas e privadas, denominada “Institucional” e PIs produzidos em campo, a partir do georreferenciamento de elementos observados *in loco*, denominado “Dados de Campo” (XAVIER-DASILVA, 2001; FITZ, 2009).

As principais fontes de PIs institucionais correspondem a sites de domínio público, como a biblioteca virtual do Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN, de navegadores virtuais, como o GEOBASES e os bancos de dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente-IEMA, Agência Nacional de Petróleo-ANP, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade-ICMBio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Agência Nacional de Águas-ANA, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Também foram solicitados à Petrobras arquivos vetoriais de geolocalização que pudessem auxiliar no arranjo dos mapas. Abaixo é apresentada a lista de PIs com suas respectivas fontes - Quadro 1.

Quadro 1- Planos de Informações obtidos em fontes secundárias – continua

Título	Tipo	Instituição
Sísmicas Públicas	Vetorial	ANP
Blocos SRTM - 90m	Matricial	EMBRAPA
Cartas Topográficas	Matricial	IBGE
Limites Unidades da Federação	Vetorial	IBGE
Ottobacias Nível 4	Vetorial	GEOBASES
Unidades Naturais	Vetorial	GEOBASES
Meses Secos ES	Vetorial	GEOBASES
Solos ES	Vetorial	GEOBASES
Hidrografia ES	Vetorial	IEMA
Uso da Terra ES	Vetorial	IEMA
Áreas prioritárias para conservação	Vetorial	IEMA
Corpos d'água	Vetorial	IEMA

Quadro 2- Planos de Informações obtidos em fontes secundárias

Fitofisionomia da Mata Atlântica	Vetorial	IEMA
Localidades	Vetorial	IEMA
RPPNs	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Estaduais	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Federais	Vetorial	IEMA
Ortofotos	Matricial	IEMA
Comunidades	Vetorial	IJSN
Área Efetivamente Urbanizada	Vetorial	IJSN
Trecho Ferroviário	Vetorial	IJSN
Eixo Rodoviário	Vetorial	IJSN
Arruamento	Vetorial	IJSN
Cemitérios	Vetorial	IJSN
Edificação de Ensino	Vetorial	IJSN
Edificação de Saúde	Vetorial	IJSN
Edificação de Segurança	Vetorial	IJSN
Edificação de Social	Vetorial	IJSN
Limite de Distrito	Vetorial	IJSN
Limite Macrorregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Geomorfologia ES	Vetorial	IJSN
Terras Indígenas	Vetorial	FUNAI
Áreas Quilombolas	Vetorial	INCRA
Localização dos PCAPS	Vetorial	PETROBRAS
Gasodutos ES	Vetorial	PETROBRAS

Fonte: Redes de Cidadania

Considerando também que os PIs possuem datas de elaboração diferentes e que, muitas vezes, as informações contidas nestes encontram-se desatualizadas, fez-se necessária a revisão de PIs estratégicos para o entendimento dos aspectos físicos, culturais e construtivos das comunidades pesqueiras, no que corresponde à finalidade deste projeto. Além disso, algumas informações de relevância, como os locais de embarque pesqueiro, geolocalização das associações e das casas de pescadores, dentre outras, não constam nos PIs institucionais. Nestes casos, as informações foram obtidas diretamente em campo.

Para a obtenção dos dados georreferenciados em campo, foi utilizado um GPS com o qual pode-se inserir pontos, linhas e polígonos a partir de sua localização atual, dentro de uma base georreferenciada, exportando-os em formato compatível com o Sistema de Informações Geográficas-SIG. Os dados de campo foram exportados em formato padrão de GPS-GPX e convertido para *shapefile* com o uso do *software* QGIS 3.4.9. O *software* utilizado para o manuseio e

edição dos PIs em formato *shapefile*, assim como para a elaboração dos mapas até a etapa atual da pesquisa, foi o ArcGIS 10.7-ESRI.

A tabela de atributos associada a cada PI foi criada contendo algumas informações básicas, como o nome da feição, localidade e município em que se encontra, além de observações gerais que possam detalhar melhor a informação e as coordenadas X e Y de cada feição. Os PIs foram padronizados e modificados no sistema de coordenadas Universal Transversa de Mercator-UTM, no fuso 24 K e o *datum* horizontal utilizado foi o SIRGAS 2000 - atual sistema geodésico de referência utilizado no Brasil desde 25 de fevereiro de 2015, segundo o IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os procedimentos aqui apresentados tornaram-se uma base para o manuseio de todas as informações geoespaciais utilizadas no diagnóstico, assim como para a elaboração dos mapas-produtos.

No que diz respeito à análise das questões relacionadas ao uso e ocupação do solo e às questões socioambientais, são recolhidos os dados referentes à região de estudo junto aos órgãos competentes, como o IBGE, o IJSN, as prefeituras municipais, além de outros órgãos que operam com os SIGs. Os dados recolhidos nesta etapa abrangem informações acerca de leis urbanísticas vigentes para a localidade e informações georreferenciadas referentes às mesmas, bem como arquivos em *shapefiles-shp* com dados de perímetro urbano, perfil e hierarquia viária, áreas de risco - inundação, desmoronamento, etc. - equipamentos urbanos, divisão de lotes, bairros, quadras, dentre outros.

Em sequência, ainda nesta etapa, são efetuados levantamentos de campo com a finalidade de se investigar, *in loco*, especificidades, tais como: padrão fundiário - análise preliminar de acordo com os mapas cadastrais obtidos; predominância de tipologias das edificações; caracterização de uso e ocupação do solo; concentrações de atividades, áreas de segregação urbana; além de aspectos que podem ser levantados de forma exclusivamente presencial, como as condições de urbanidade, paisagem urbana, acessibilidade e sensações urbanas, tais como segurança, movimentação, abandono, entre outras. Durante

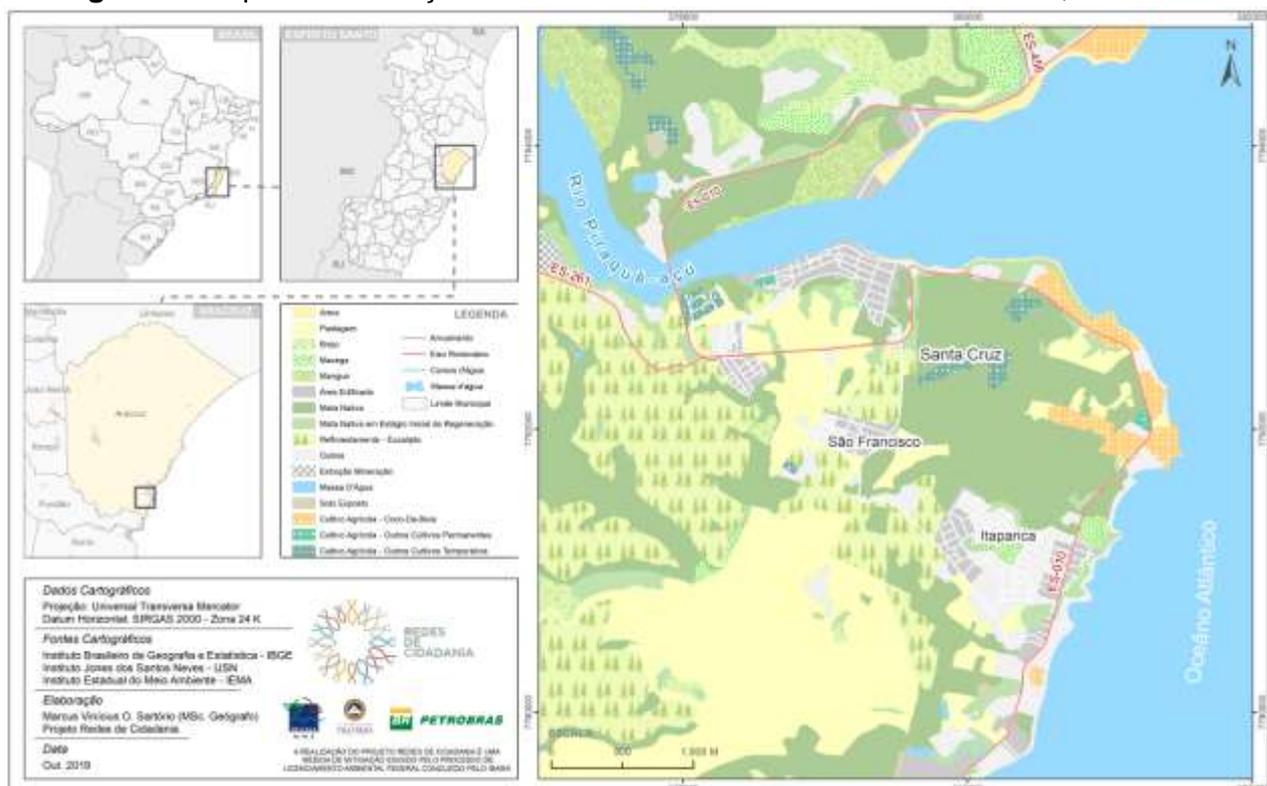
as visitas *in loco* foram efetuados registros fotográficos que evidenciam os dados analisados, os quais são apresentados no decurso do diagnóstico.

III CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA

III.1 Localização e acesso à comunidade

A comunidade pesqueira de Santa Cruz se localiza na porção sudeste do município de Aracruz, ao sul do bairro Coqueiral de Aracruz, entre as coordenadas X: 378385 e 3792649 - Y: 7793413 e 7792649. A norte a comunidade limita-se ao rio Piraquê-Açu, onde os barcos ficam atracados em toda a área da foz do rio.

Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Santa Cruz, Aracruz



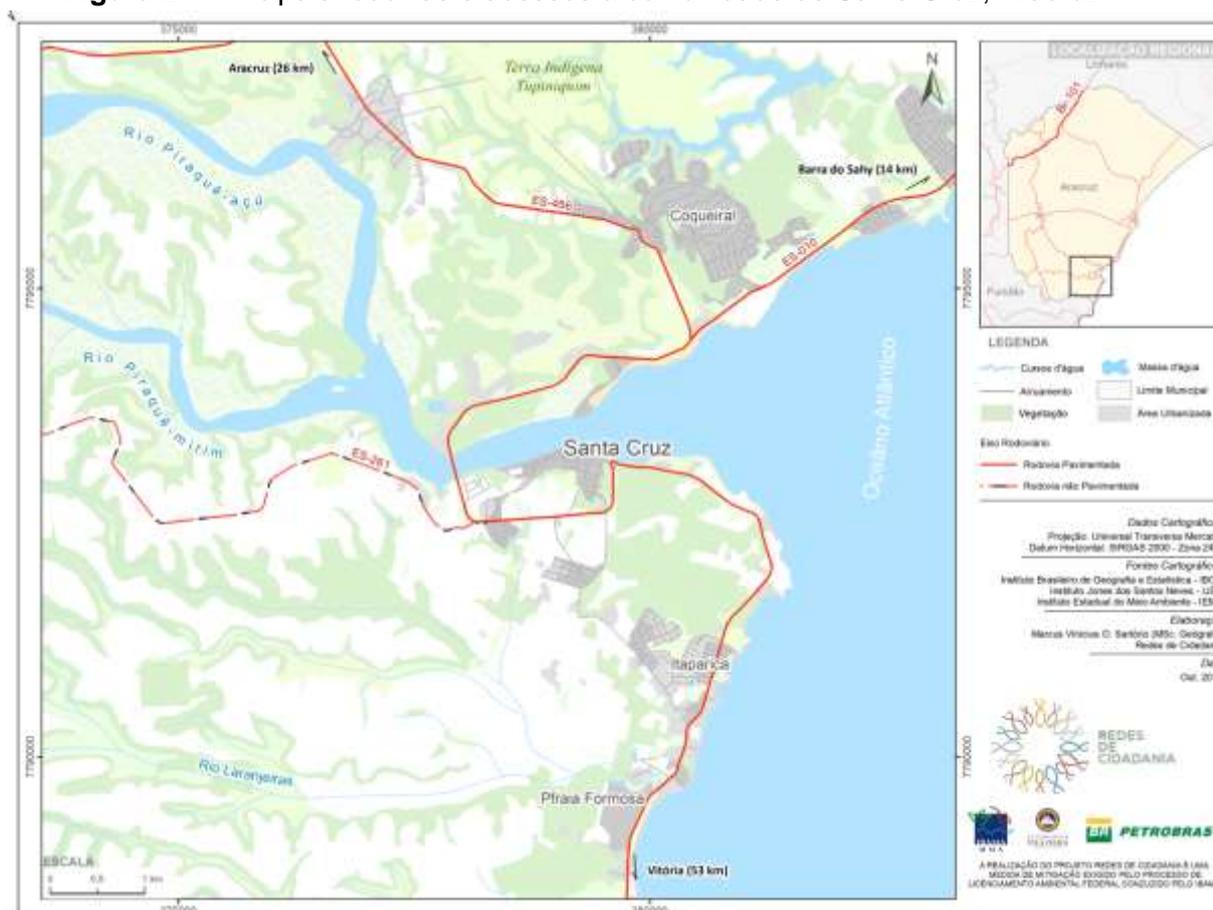
Fonte: Redes de Cidadania

A leste, a praia de Santa Cruz se estende até o oceano Atlântico, com algumas habitações distribuídas descontinuamente pela rodovia ES-010. A oeste da comunidade encontra-se a ponte sobre o rio Piraquê-Açu que dá acesso aos

demais distritos ao norte do município, como Barra do Sahy e Barra do Riacho. Ao sul da comunidade há uma extensa área loteada em um platô, que tem acesso pela rodovia ES-010, além de uma extensa área de plantio de eucalipto – Figura 1.

O rio Piraquê-Açu é o principal elemento natural presente na paisagem da comunidade e está diretamente ligado à atividade pesqueira a nível local e regional. O rio possui uma largura média de 370 metros nos últimos 2 quilômetros do baixo curso, o que possibilita atracar uma grande quantidade de barcos em suas duas margens e no leito do rio. Além dos barcos dos pescadores locais, a foz do rio Piraquê-Açu é também ponto de embarque e desembarque pesqueiro de embarcações de outras localidades, como barcos de maior porte que passam dias no mar.

Figura 2 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Santa Cruz, Aracruz



Fonte: Redes de Cidadania

O acesso à comunidade se dá a partir da rodovia estadual ES-010 que passa pelo litoral do distrito de Santa Cruz e segue em sentido norte-sul pelo município de Aracruz, ligando-o às demais comunidades pesqueiras do município a 14km e à sede municipal a 26km. A comunidade fica a 53km da capital Vitória, passando pelo litoral de Fundão e Serra. O acesso também é comumente feito pela via marinha através da foz do Piraquê-Açu - Figura 2.

III.2 Instituições representativas da pesca

A comunidade pesqueira de Santa Cruz é composta por 89 pescadores e é representada, em sua instância local, pela Associação de Pescadores, Extrativistas e Maricultores de Santa Cruz-APEMASC, cujo presidente atual é o senhor Luciano Linho. A associação foi fundada no ano de 2006 e sua sede foi adquirida por meio de um Programa de Compensação da Atividade Pesqueira-PCAP, relacionado aos seguintes licenciamentos:

- Instalação do Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural e Petróleo no Campo de Camarupim, na Bacia do Espírito Santo.
- Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 4D nas áreas dos Campos de Golfinho, Canapu, Camarupim Norte e Congoá, na Bacia do Espírito Santo.

O Plano de Compensação da Atividade Pesqueira-PCAP está em funcionamento como sede da associação, como previsto, porém, em virtude do porte da sede, alguns cômodos da instalação aparentam estarem em desuso. Os locais mais usados pelos pescadores são uma sala que funciona como escritório e um espaço no terceiro piso usado para a realização de reuniões. O térreo e o segundo pisos estão aparentemente ociosos. Em relatos obtidos na comunidade nota-se que há demanda por melhor ocupação, mas não há sugestão de quais seriam os possíveis usos. O estado em que se encontram os referidos espaços sinaliza para um aspecto de abandono.

A comunidade é representada regionalmente pela Colônia Z-7 Manoel Miranda. A Colônia, localizada em Barra do Riacho, foi criada no ano de 1985 por Manoel Miranda e Edson Cordeiro. O objetivo da fundação da colônia foi representar os pescadores artesanais frente aos impactos gerados pelas atividades industriais na região. No ano de 2012 houve inauguração da reforma da sede.

III.3 Locais de embarque e desembarque pesqueiro

Os pontos de embarque e desembarque pesqueiro estão localizados na foz do rio Piraquê-Açu em sua margem direita e esquerda. Contudo, a maior concentração de cais fica em sua margem direita, onde localiza-se o centro fundacional da comunidade de Santa Cruz.

As áreas principais de embarque e desembarque dos pescadores são paralelas à Rua Piraquê-Açu. A área está limitada, pois dispõe de estabelecimentos comerciais. Observou-se que há dois pontos principais: o píer do “Ponto dos Heróis” – Figura 4 - Píer do Recanto Siri Patola

– ao lado da associação de pescadores e o Píer do “Recanto do Siri Patola” –
Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Exatamente no Recanto Siri Patola, embaixo de uma castanheira, trabalham algumas marisqueiras e marisqueiros que recebem o peixe diretamente dos pescadores que desembarcam no local e o beneficiam para a venda, que também é feita no local, para moradores da comunidade ou turistas.

– situado entre estaleiro e o restaurante Mocambo.

Figura 3 - Píer do Ponto de Encontro dos Heróis



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

A área próxima à Associação de Pescadores é equipada com uma estrutura de madeira que permite ao pescador subir e descarregar a embarcação sem que este entre em contato com a água. Oferecendo assim melhor acesso às embarcações para a tripulação. Apesar do píer possibilitar um fácil acesso não está em boas condições de conservação. Pode-se perceber que as madeiras já estão em estado de deterioração.

A área do Recanto Siri Patola é muito utilizada pelas embarcações de porte médio. É perceptível que a estrutura é improvisada, apesar de permanente. As madeiras não se apresentam em bom estado e compromete a segurança de quem precisa utilizar o “píer”. Os barcos mais simples, dos pescadores artesanais que comercializam o pescado na comunidade, são os que mais utilizam a estrutura. Há ainda os botes utilizados pelos pescadores para o embarque no barco maior. Neste caso o bote não é utilizado para a pesca em si, mas para dar suporte ao embarque e desembarque.

Figura 4 - Píer do Recanto Siri Patola



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Exatamente no Recanto Siri Patola, embaixo de uma castanheira, trabalham algumas marisqueiras e marisqueiros que recebem o peixe diretamente dos pescadores que desembarcam no local e o beneficiam para a venda, que também é feita no local, para moradores da comunidade ou turistas.

IV CARACTERIZAÇÃO DA PESCA

Segundo alguns pescadores, há os que ficam no mar por longos períodos e utilizam, além do gelo, um produto chamado Sulfito, que é um conservante artificial e serve para preservar o camarão, sem que ele estrague, por um longo período. O sulfito assemelha-se a um sal, segundo os próprios pescadores, é altamente tóxico, além de mudar o sabor e a textura do camarão. Quando jogado na água ela fica avermelhada e o camarão é corroído em partes. É possível identificar que foi usado o sulfito pelo cheiro e pela aparência do camarão.

Os camaroeiros de Santa Cruz utilizam equipamentos de GPS e sonda para mapear as áreas de pesca, assim como as áreas de pedra que podem danificar as redes. Nestes casos eles marcam no GPS as áreas de interesse. Os

pescadores informaram que o GPS também é usado para indicar a posição do barco em relação à boca da barra do rio Piraquê-Açu durante o retorno da embarcação ao porto durante a noite, quando a visão é limitada.

Outro equipamento de suporte utilizado pelos pescadores é o rádio comunicador PX, Voyage e VHF – modelo mais antigo. A comunicação é feita para pedir ajuda e/ou informar algo relevante para as outras embarcações. O uso dessa ferramenta é também um indicador de traços de cooperação existentes na comunidade de pesca, pois, segundo pescadores, quando algum barco fica encalhado ou acontece algum problema, outros barcos vão até ele para resgatá-lo ou dar o suporte necessário.

IV.1 Áreas de atuação da atividade pesqueira

De acordo com relatos obtidos na comunidade por meio de entrevistas realizadas com os pescadores, a área de atuação da pesca abrange, da plataforma continental, em frente à barra do rio Piraquê-Açu, até a região da Foz do Rio Doce, em frente à localidade de Regência Augusta – Linhares.

A profundidade varia de acordo com as espécies capturadas. A pesca do camarão concentra-se na região mais próxima da costa, até 200 metros, área denominada de “lama” pelos pescadores. A pesca feita com rede de espera e espinhel ocorre em águas mais profundas, porém, no limite da plataforma continental.

IV.2 Carreira da pesca

Em entrevistas e observações diretas realizadas na comunidade, pode-se observar que há diferentes modos locais de classificar o pescador. No caso de Santa Cruz há o “filho de pescador, nascido na comunidade”, o “pescador da comunidade” que não é filho de pescador, os “pescadores que vieram de fora”,

mas pescam e moram na comunidade e os “pescadores de fora” que pescam ou atracam na comunidade e residem em outros municípios ou estados.

Em relatos obtidos na comunidade observou-se que a carreira da pesca depende de fatores relacionados às relações de familiaridade e compadrio. Os pescadores mais jovens acionam os pescadores mais velhos como sendo seus mestres, posição altamente valorizada no contexto. O mestre da embarcação é aquele que detém conhecimento das marés e das principais áreas de pesca, os “pesqueiros”. O conhecimento sobre os pesqueiros é repassado após o estabelecimento de uma relação de confiança entre o mestre e alguns membros específicos da tripulação.

A tripulação é hierarquizada a partir do papel que cada um desempenha no ato de pescar. Pode-se elencar os seguintes papéis: Mestre, gelador, cozinheiro e “tripulação”. O mestre é aquele que determina a posição em que os pescadores irão colocar os petrechos de pesca e a direção que esses seguirão. Cabe ao gelador armazenar o pescado em urna ou isopor com gelo. Ele é responsável por observar se o peixe está em boas condições de resfriamento. Este papel é tomado como de grande importância, pois lida diretamente com o produto final da atividade. O cozinheiro é responsável pelo alimento da tripulação como um todo, mas o fato de ele ocupar uma função específica não o isenta de dar apoio em outras atividades, como a de puxar a rede, caso seja necessário. A tripulação, de acordo com os relatos, é aquela responsável por lançar e içar os petrechos de pesca ao mar. Estes ficam encarregados de manusear os equipamentos utilizados na pesca e os petrechos. No caso da pesca do camarão, ao içar o balão o camarão é colocado na embarcação e é realizada a “cata”, que seria a separação do pescado da fauna e flora acompanhantes.

A relação de trabalho ocorre em um sistema de parceria, no qual o valor arrecadado com a venda do pescado é dividido em partes diferentes para o pagamento dos envolvidos na pescaria, segundo suas atribuições. Após o pagamento das despesas do barco o restante é dividido entre toda a tripulação. O maior valor arrecadado fica para o proprietário da embarcação. As outras

partes restantes são distribuídas em valores diferenciados, de acordo com a função, para os outros trabalhadores.

IV.3 Características das embarcações

As embarcações presentes na comunidade de Santa Cruz podem ser classificadas qualitativamente em 5 Tipos: barco médio manual - Figura 5, barco médio com rolamento hidráulico - Figura 6, barco médio com guincho hidráulico - Figura 7, bateira¹ - Figura 8 - e barco de alumínio - Figura 9. O tipo que este estudo toma como barco manual é uma embarcação com características típicas das embarcações de casaria sem recursos hidráulicos de lançar e içar os petrechos de pesca ao mar.

A força utilizada nessa embarcação é manual, na qual a tripulação, pequena, de no máximo três pescadores, é responsável por lançar e içar o petrecho. Pode-se observar que há uma predominância desse modelo entre os pescadores locais nascidos na comunidade. Apesar de possuírem poucos recursos tecnológicos essas embarcações possuem uma capacidade diversificada de captura.

Figura 5 - Barco médio manual

¹ O termo Bateira é usual entre os pescadores artesanais do litoral centro-norte capixaba, com pronúncias distintas, a depender da localidade. Baeteira, baiteira, batera e baetera são outras formas de pronúncia do termo que podem ocorrer. Neste relatório o termo será genericamente utilizado como "bateira".



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 6 - Barco médio com rolamento hidráulico



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Os relatos dos pescadores que fazem uso destas, destacaram que usam balão, rede de espera, espinhel e pesca de linha. Praticamente todas as artes de pesca da comunidade. Nota-se que não há especialização, mas uma relação de sazonalidade, na qual os pescadores adequam suas técnicas e petrechos de acordo com o pescado disponível.

Figura 7 - Barco médio com guincho



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 8 - Bateira



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 9 - Barco de alumínio



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

IV.4 Técnicas e petrechos de pesca

Os principais petrechos e técnicas de pesca na comunidade são: Linha – pargueira – utilizada na pesca de linha; Espinhel, Rede de espera/caída – malha grossa – “malhuda” – malha fina e Balão para o arrasto do camarão.

V ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS

V.1 Histórico de formação e evolução urbana/territorial

Aracruz, que teve seu núcleo fundacional instituído pela ordem Jesuítica no século XVII, foi um dos redutos da colonização italiana no estado do Espírito Santo a partir do século XIX. A localidade de Santa Cruz foi o início do desenvolvimento urbano do Município de Aracruz. Primeiramente chamada de Aldeia Nova, Santa Cruz foi oficialmente fundada no ano de 1556.

Antes da década de 1950, sua sede municipal situava-se na Vila de Santa Cruz. Por meio da Resolução nº 01 de 1948, emitida pela Câmara Municipal de Aracruz-CMA, ficou decidida sua transferência para o povoado de Sauaçu. Porém, o poder público foi impedido pela população local de realizar tal mudança. Conta a história que, devido à resistência dos moradores, dois anos após a citada decisão, o então prefeito Luis Theodoro Musso surpreendeu a

todos durante a madrugada com a transferência dos documentos da antiga prefeitura para a nova sede. O evento ficou conhecido como “o roubo da Sede”.

Apesar de tratar-se de uma resolução da CMA, a mudança de localização do poder político e administrativo ocorreu por fatores logísticos e econômicos. As mercadorias produzidas no entorno de Aracruz eram transportadas pelo rio Piraquê-Açu, que deságua em Santa Cruz. Este fator mantinha a localidade como centralizadora das trocas comerciais e como ponto logístico. Entretanto, a partir da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas na primeira década do século XX, o fluxo de mercadorias deixou de passar por Santa Cruz e foi transferido para outros municípios vizinhos, tais como Ibirapu, João Neiva e Fundão.

Outro fator que contribuiu para a mudança da sede decorreu da transformação dos meios de produção do município. Até a década de 1950, Aracruz tinha como base econômica a agricultura cafeeira, mas o grande impulso econômico ocorreu a partir da implantação da Companhia Ferro e Aço de Vitória-Cofavi na cidade de Cariacica. Este fator aumentou de maneira expressiva a demanda por carvão vegetal produzido pela família Oliveira Santos na comunidade de Sauaçu, impulsionando o desenvolvimento regional e marcando o início de atividade extrativista – silvicultura – que perdura até os dias atuais (COUTINHO, 2006).

Essas informações históricas permitem o entendimento do interesse político-econômico no que se refere à mudança da sede. Santa Cruz perdeu gradativamente sua força econômica e estratégica, fazendo com que Sauaçu passasse a ser o eixo do escoamento de carvão vegetal para capital de Vitória, convertendo-se num centro economicamente mais forte do que a antiga sede em Santa Cruz.

O início da industrialização, após o programa de erradicação do café, como apontado anteriormente, deu início a uma série de modificações políticas e consequentemente territoriais ocorridas no município de Aracruz. Após a transferência da sede administrativa em 1952, Santa Cruz passou a ser um distrito do Município de Aracruz com a Lei Estadual nº 779 de 29/12/1953. A vila

de Sauaçu ganhou o título de cidade de Aracruz, delegando o título de vila a Santa Cruz, Guaraná e Riacho.

Com a implantação das infraestruturas ferroviárias e rodoviárias, o incentivo à industrialização e à silvicultura para produção de carvão e, posteriormente, celulose, os eixos econômicos estratégicos sofreram mudanças que refletiram na organização espacial do território. É importante salientar que tal mudança está relacionada à reestruturação industrial pela qual o estado passava – ou seja, durante a implementação dos grandes projetos – atrelada ao processo nacional de descentralização da indústria e de reestruturação do modelo capitalista global, em favor de uma integração dos mercados internacionais, conforme apontado anteriormente (SANTOS, 2012, p. 44-47).

Segundo Piquet (1998), um estudo realizado pela Secretaria de Planejamento do Estado constatou uma defasagem do Espírito Santo em relação aos indicadores econômicos e sociais, sobretudo nos municípios do norte do estado (PIQUET, 1998, p. 114). De acordo com a autora, a baixa escolaridade, a precariedade dos serviços públicos – saneamento básico, distribuição de água, infraestrutura, etc. – despertaram os interesses dos investidores, visto que a região apresentava disponibilidade de terras que poderiam se transformar em florestas homogêneas numa escala mercadológica de âmbito mundial.

A partir de 1967 o município de Aracruz passou a sediar a Aracruz Florestal S.A.-Arflo, empresa que inicia a aquisição de grandes porções de terra na região litorânea do norte do estado (PIQUET, 1998), provavelmente relacionadas aos citados estudos realizados pela CODES para a silvicultura e à predisposição do município para a produção de madeira e carvão vegetal conforme demandas da Companhia Ferro e Aço de Vitória-Cofavi. A Aracruz Florestal-Arflo passou a responsabilizar-se pelo cultivo de eucalipto e o emprego da mão-de-obra barata e não qualificada. A substituição da agricultura de subsistência pela produção de eucalipto em massa provocou um forte êxodo rural em direção às cidades, como foi o caso de Aracruz e sua sede municipal, intensificando as carências por infraestruturas urbanas (PIQUET, 1998). Este êxodo rural foi característico das décadas de 1940 a 1980, em face dos planos de industrialização nacional e num

âmbito global, a periferização dos processos de produção de *commodities* e insumos para os países emergentes (SANTOS, 2015).

Esse pano de fundo histórico contribuiu para as características morfológicas observadas no centro fundacional de Santa Cruz que apresenta lotes e quadras de formatos e tamanhos irregulares, traçado irregular, caracterizado por vias estreitas e sinuosidade em alguns trechos.

O crescimento industrial também pode justificar o crescimento da malha urbana irregular na região de Santa Cruz. No que se refere à regularidade fundiária, com exceção dos loteamentos Enseada Ville e Riviera Park, da CBL Desenvolvimento Urbano LTDA, o bairro Santa Cruz não apresenta loteamentos e parcelamentos aprovados pelo Município, considerando o histórico de formação da área.

Figura 10 - Análise da evolução urbana de Santa Cruz, ano de 1986



Fonte: Google Earth (2020).

Segundo informações técnicas, provenientes dos Estudos de Impacto de Vizinhança, a Prefeitura Municipal de Aracruz-PMA deu informações no que diz respeito à regularidade fundiária dos demais núcleos urbanos da região. De acordo com o órgão supracitado, apesar do bairro Itaparica apresentar certo padrão de parcelamento do solo ortogonal e planejado, não existe, junto a

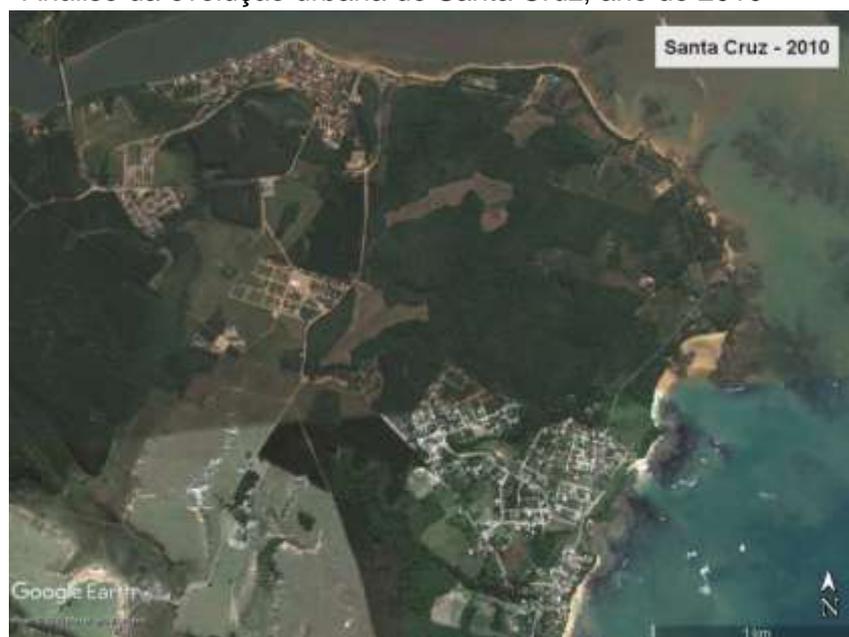
administração municipal, processos de aprovação de projeto urbanístico da região.

A região de Santa Cruz possui três loteamentos aprovados, denominados como: Nova Santa Cruz, Riviera Park e Enseada Ville, aprovados respectivamente em 2000 e 2015. Também foi identificado um desmembramento da Sociedade Esportiva Itafia, no ano de 2000 e um fracionamento em Itaparica, aprovado em 1997 (PMA, 2019).

Por meio das informações cedidas pela Prefeitura Municipal de Aracruz-PMA, nota-se o lento crescimento urbano da região de Santa Cruz durante a década de 1990, entrando em um período de aquecimento imobiliário na última década. Tal fato pode ser comprovado por meio de imagens aéreas da área em questão.

Na análise da Figura 10, percebe-se que no ano de 1986 a região apresentava o centro fundacional e o bairro Itaparica como duas áreas urbanizadas. Após duas décadas, novos e pequenos parcelamentos surgem, dando início a novos bairros, como é o caso dos bairros supracitados, em sua maioria, parcelamentos irregulares. Pode-se perceber o novo crescimento da mancha urbana a partir dos anos 2000 e sua acentuação a partir dos anos 2010, conforme demonstram a Figura 11, a Figura 12 e a Figura 13.

Figura 11 - Análise da evolução urbana de Santa Cruz, ano de 2010



Fonte: Google Earth (2020).

Figura 12 - Análise da evolução urbana de Santa Cruz, ano de 2015

Fonte: Google Earth (2020).

Figura 13 - Análise da evolução urbana de Santa Cruz, ano de 2015

Fonte: Google Earth (2020).

De acordo com o relatado em entrevistas e confirmado pelo histórico das imagens aéreas, as regiões de Itaparica e dos novos bairros foram as que mais se expandiram nos últimos 20 anos, ficando o centro fundacional relativamente conservado.

Analisando a expansão urbana local em paralelo com a análise de uso do solo, é possível identificar que o núcleo de atividades não residenciais se encontra no bairro de Santa Cruz. O comércio apresenta características de comércio local e/ou de bairro, desprovido de atividades de grande porte ou industriais como é o caso do Bairro Barra do Riacho. Durante as visitas de campo foram identificados comércios do tipo de lojas de vestuário, mercados e *hortifrutis*, lanchonetes, material de construção, farmácias, restaurantes e peixarias.

O comércio não é diversificado, fazendo com que a comunidade tenha que buscar opções fora da região, tendo como referência a sede municipal e a Região Metropolitana da Grande Vitória.

V.2 Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira

Com base nas entrevistas realizadas, foi apreendido que a recente urbanização e industrialização do litoral de Aracruz afetou o modo de ocupação do território em Santa Cruz. Segundo o pescador Paulinho, com a vinda de casas de veraneio de alto padrão, o custo de vida no centro fundacional de Santa Cruz aumentou, causando a migração da população de menor renda para os bairros mais periféricos, que surgiram a partir dos anos 2000, como Nova Santa Cruz.

Pode-se afirmar que, por meio das entrevistas, os empreendimentos industriais também influenciaram na dinâmica urbana do município e, também, da região de Santa Cruz, funcionando como elemento de atração de população. Tais discursos se validam quando se analisa a chegada dessas indústrias para o município e os períodos de crescimento populacional dos anos subsequentes.

Tal crescimento urbano e demográfico se relaciona, desde a expansão da fábrica da Aracruz Celulose, de 1988 a 1991, até a implantação de novos empreendimentos industriais na década de 2010, justificando uma expansão urbana tardia, como uma resposta do mercado imobiliário local.

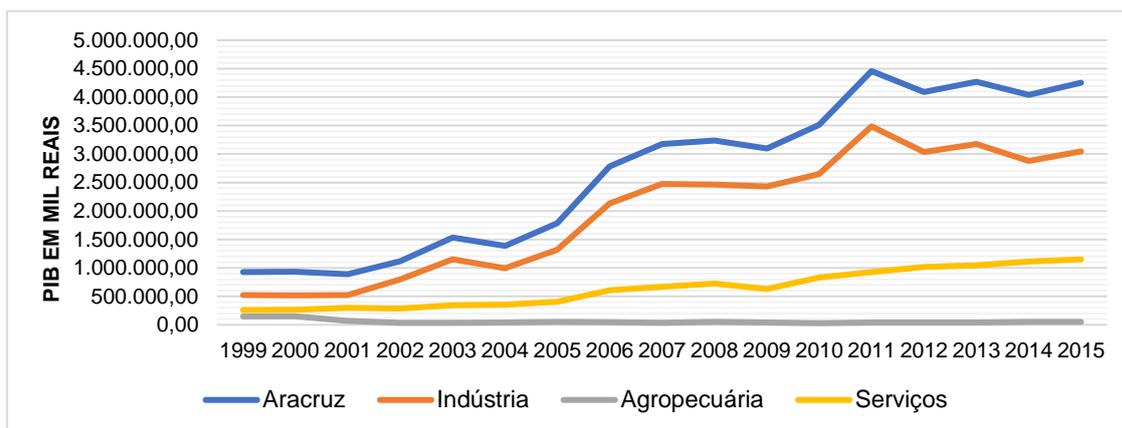
Correlacionando o processo de urbanização com a aprovação de empreendimentos imobiliários ao longo dos anos, percebe-se a relação da implantação dos Conjuntos Habitacionais-Cohab nas décadas de 1970 e 1980, promovidos pelo governo, em parceria com a então Aracruz Celulose – que cedia os terrenos – que hoje são os bairros de Morobá, Jequitibá e parte do Bairro Centro e o bairro Itaparica no distrito de Santa Cruz. Estas implantações também podem estar relacionadas com uma antecipação sobre a necessidade de suprir a demanda habitacional que seria gerada a partir da expansão da Aracruz Celulose-Arcel em 1991.

Da década de 1980 à década de 1990, a população aumentou de 35.797 para 52.433 habitantes, demonstrando claramente uma evolução demográfica de 46,47%. Este crescimento, também pode estar vinculado ao processo de expansão da fábrica de celulose, em uma contratação de mão de obra antecipada dos 10.000 operários citados por Piquet (1998).

Esta afirmativa pode ser constatada por meio da análise do período de 1991 a 2000, que obteve um crescimento demográfico de 11,4%, (IBGE, 2019). É possível entender que o aumento da população, relativo à década de 1980, decorre da contratação de operários – migrando junto com suas famílias – para as obras de ampliação da Aracruz Celulose-Arcel. Já o crescimento relativo à década de 1990, pode ser decorrente das contratações para a operação da fábrica e implantação de outros empreendimentos. Por meio da análise histórica sobre a dinâmica imobiliária e a expansão urbana municipal, constata-se que os processos de urbanização até a década de 2000 estão intimamente relacionados com as atividades industriais da então Aracruz Celulose, como pode ser observado nos gráficos do PIB e de crescimento demográfico abaixo.

No que se refere aos quesitos econômicos, vale destacar que o PIB municipal no ano de 2015 alcançou R\$ 4.251.601,72 – série revisada – sendo que 71% deste valor corresponde ao setor industrial – Gráfico 1. No ano de 2015, o PIB *per capita* do município atingiu R\$ 55.889,97, sendo 59% das receitas oriundas de fontes externas (IBGE, 2018). O Gráfico 1 demonstra como o PIB municipal é diretamente relacionado com o setor industrial.

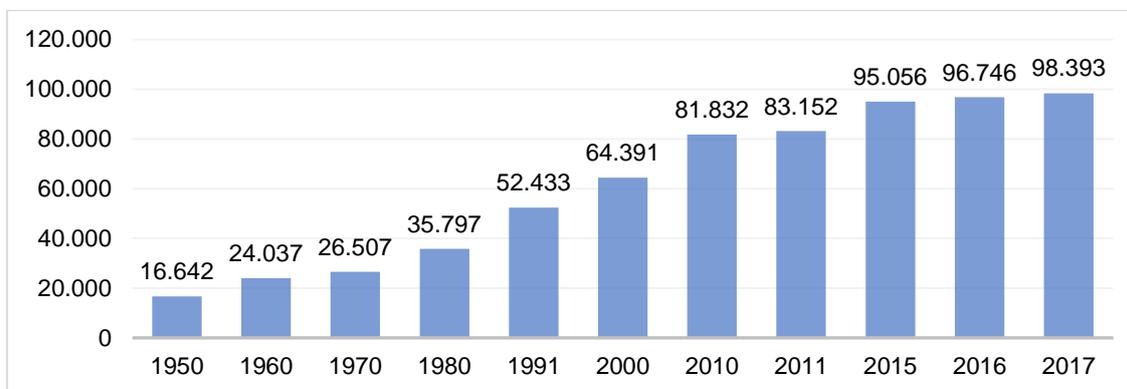
Gráfico 1- Linha temporal do PIB de Aracruz



Fonte: IBGE (2018).

Indústrias de grande porte somadas a empreendimentos e empresas do ramo de logística geraram uma grande oferta de empregos e, conseqüentemente, um incremento demográfico: a população aracruzensa cresceu 47,6% entre os anos de 2000 a 2015 – Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução demográfica de Aracruz



Fonte: IBGE (2018).

Quanto aos demais conflitos relacionados ao uso e ocupação do solo e à comunidade, as entrevistas apontaram que: 1) rompimento da barragem de rejeitos de minério da mineradora Samarco, despejo de esgoto no Rio Riacho, o que impediu as crianças de tomarem banho e, principalmente, a pesca; 2) alteração dos pesqueiros em decorrência das atividades dos empreendimentos no mar, uma vez que empreendimentos portuários e suas escavações para implantação do projeto impactam a pesca local; 3) assoreamento do rio; 4)

emissão de gás no ar e ampliação de área de atuação das indústrias e 5) os empreendimentos não contratam mão de obra local.

Quanto a análise dos empreendimentos sobre os impactos de suas implantações na comunidade pesqueira, os Estudos de Impacto de Vizinhança apresentam uma caracterização sobre a área a ser impactada pelo empreendimento, tanto diretamente quanto indiretamente, contudo, essa caracterização não envolve todos os aspectos das comunidades que estão dentro destas áreas. O EIV-ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA do Terminal Industrial IMETAME-Metalmecânica, por exemplo, aborda a influência que o empreendimento terá sobre o sistema viário em 61 páginas, sobre os equipamentos urbanos e comunitários em 28 páginas e sobre a infraestrutura básica em 7 páginas (EIV IMETAME, 2015). No entanto, não são apresentadas as características ou possíveis impactos que o empreendimento pode causar sobre as comunidades pesqueiras. Como pode-se notar, no documento o enfoque é direcionado a determinados aspectos que supõe ser mais significativos para o estudo, como o impacto viário.

A comunidade pesqueira é citada uma única vez no documento com a finalidade de indicar onde provavelmente foi o início da ocupação da comunidade Barra do Sahy, vizinha a Barra do Riacho, indicando o tipo de moradia e as características construtivas que se assemelham aos aspectos comuns das casas de pescadores.

V.3 Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira

Os principais problemas de ordem socioambiental estão ligados à atividade pesqueira e ao uso do solo na região. Inicialmente pode-se indicar que, por tratar-se de um importante porto de embarque e desembarque pesqueiro no litoral centro-norte do Espírito Santo, Santa Cruz é foco de várias embarcações que realizam pesca no litoral capixaba, como porto para desembarcar seus pescados - Figura 14.

Essas embarcações são vindas de diversas partes do estado e do país. Segundo relato dos pescadores de Santa Cruz, esses pescadores “de fora” utilizam técnicas predatórias de pesca na foz do rio, acabando com os pescados de quem mora ali, além de alterarem a dinâmica da vida local.

Figura 14 – Imagem aérea da comunidade de Santa Cruz, com destaque para o loteamento a sul da área urbanizada



Fonte: Redes de Cidadania

O número de embarcações vindas de outros locais, que pode chegar a mais de duzentas na temporada, faz com que o acesso aos atracadouros existentes se torne um conflito com os pescadores nativos. Segundo relatos, o rio Piraquê-Açu não consegue abarcar a quantidade de embarcações que chegam e ficam atracadas no meio da foz. Essa constatação também foi feita por Freitas Neto (2004) que indicou, além desse problema, como o principal, também os conflitos dos pescadores artesanais com a pesca industrial praticada na região.

A pesca industrial tende a ser mais agressiva ao meio e ambientalmente insustentável, pois é baseada no máximo de exploração do pescado com o menor tempo possível, utilizando técnicas que proporcionam maior eficiência na captura, sem seleção de espécies (DIEGUES, 1995).

Esses conflitos são evidenciados quando em entrevista com os pescadores é informado que, antigamente se pescava muito mais com menos tempo de mar, e hoje o estoque de peixes está tão reduzido que em alguns casos a pesca não paga a despesa do barco e a mão de obra para pescar. Outra consideração comum na fala dos pescadores artesanais é a destruição de suas áreas de pescado, chamadas de “cascalhos” e “pesqueiros” pelas redes utilizadas na pesca industrial.

O território terrestre também é afetado por problemas ambientais que influenciam na vida e nas atividades dos pescadores, gerando descaracterização de seu território e mudanças na paisagem local. Os loteamentos que estão sendo desenvolvidos na parte sul da comunidade, sobre um platô, fazem parte dessas mudanças. A vegetação foi suprimida para dar lugar ao loteamento, sendo preservado somente os fundos de vale. O desmatamento das áreas de recarga em topo de morro gera uma conseqüente redução da quantidade de água disponível no lençol freático, podendo secar as duas fontes importantes que existem em Santa Cruz.

No que diz respeito ao ambiente marinho, diversos pescadores relataram durante entrevista que as áreas onde é realizada a pesca está contaminada pelos efluentes lançados pela empresa de celulose, localizada mais a norte da

comunidade de Santa Cruz. Segundo eles, os resíduos produzidos pela empresa são diluídos na água e lançados ao mar, próximo à costa, através de tubulações.

Nos relatos é informado que esse efluente, ao entrar em contato com as redes, produz uma coloração e odor nestas que inviabiliza a pesca, pois inutiliza o petrecho ao formar uma camada pegajosa de aspecto ascoso.

VI ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE

VI.1 Caracterização sociocultural

Santa Cruz é reconhecida como uma das primeiras áreas de povoamento no Brasil. Foi o primeiro aldeamento indígena da foz do rio Piraquê-Açu por meio dos jesuítas Brás Lourenço, Diogo Jácome e Fabiano Lucena. Recebeu inicialmente o nome de Aldeia Velha, mas fora trocado para Aldeia Nova. O principal rio se chama Piraquê-Açu, denominação de origem tupi-guarani em que Pirá significa peixe, Iquê, entrada e Açu, grande (INCAPER, 2011).

Em 1851 o empresário italiano Pietro Tabacchi fora responsável pela chegada de 388 italianos para trabalhar nas colônias agrícolas da região, que era denominada Colônia Trento. Os imigrantes foram assentados às margens do rio Piraquê-Açu (MERLO, *et. al.* 2014). Este aspecto é responsável pela forte presença de descendentes de italianos na região, algo que é visível em aspectos da cultura local e nos nomes das famílias. Tabacchi foi o responsável pela primeira emigração em massa de famílias camponesas de Trentino para a América (GROSSELLI, 2008, p. 176).

A comunidade de Santa Cruz tem uma forte relação com a atividade pesqueira e este fator é importante para a identificação dos moradores do lugar. Em observações realizadas em campo pode-se notar que a rotina do local gira em torno da pesca. Bares e espaços públicos de sociabilidade são frequentados por pescadores da comunidade e de fora dela. Como já colocado acima, muitos pescadores de outras comunidades pescam na região.

Os principais espaços da comunidade frequentados pelos pescadores são: Recanto Siri Patola - Figura 15, Ponto dos Mentirosos -

Figura 16, Bar dos Pescadores - Figura 17 - e Ponto de Encontro dos Heróis - Figura 18.

Figura 15 - Recanto do Siri Patola



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 16 - Ponto dos Mentirosos



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 17 - Bar dos Pescadores



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 18 - Ponto de Encontro dos Heróis



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

O dia a dia da comunidade é fortemente marcado por atividades relacionadas à pesca. Nos espaços mencionados acima os pescadores estabelecem relações de trabalho e de lazer. Alguns ficam manuseando petrechos de pesca ou mariscando algum pescado e outros apenas conversando. Ao caminhar pelas

ruas é perceptível a quantidade de equipamentos relacionados à atividade nas calçadas.

A relação que se tem com o lugar, portanto, é remarcada pela pesca. A rua paralela ao rio Piraquê-Açu, por ter vários pontos de embarque e desembarque de pescador, é muito frequentada pelos pescadores.

Como já destacado, a comunidade é Interétnica, uma vez que fora inicialmente um território tupi-guarani e no processo de colonização recebeu portugueses, que foram os primeiros atores do processo colonizador, os negros, na condição de escravizados e, por fim, os imigrantes italianos.

A comunidade, assim como outras do litoral do estado, dá grande destaque à moqueca, prato que é tomado como típico do estado. Apesar dos restaurantes terem um certo consenso do que seria uma moqueca, os pescadores chamam o peixe ensopado de moqueca. Os temperos podem variar. Importa a presença do peixe. Além do pescado que é comido, valoriza-se também a farinha e as massas.

Um aspecto interessante relatado na comunidade foi uma moqueca de cação com macarrão, creme de leite e milho. Este aspecto evidencia a interação entre as diferentes etnias que foram responsáveis pela constituição da localidade.

VI.2 Principais Patrimônios culturais

Com relação aos patrimônios presentes na região, essa dispõe de materiais e imateriais. Com relação aos materiais, cabe mencionar a Casa de Câmara e Cadeia, que hoje funciona como museu histórico da localidade. No interior do museu há objetos que remontam o histórico da formação antrópica da região. Dentre os objetos cabe ressaltar: a espada da guarda de Dom Pedro II deixada na comunidade - Figura 24; duas medidas de bronze deixadas por Dom Pedro II; a cadeira usada pelo Imperador, na ocasião da sua visita à localidade; duas urnas funerárias indígenas da “tradição arqueológica Aratu” - Figura 20; objetos indígenas Tupiniquins - Figura 27; objetos indígenas Guaranis - Figura 23 e

Figura 25; instrumentos da Banda de Música de Santa Cruz fundada em 1929 - Figura 22; instrumentos da banda de congo da região - Figura 26 e objetos pertencentes às famílias de imigrantes italianos que se instalaram na região - Figura 19.

Na comunidade há algumas construções que ainda remontam ao processo de formação da comunidade. Há uma edificação em estado de deterioração que possui um padrão arquitetônico colonial. De acordo com informações coletadas na comunidade, no local existia um armazém - Figura 21.

Figura 19 - Objetos pertencentes às famílias de imigrantes italianos que se instalaram na região



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 20 - Urnas funerárias indígenas da “tradição arqueológica Aratu”



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 21 - Antigo armazém com arquitetura colonial



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 22 - Instrumentos da Banda de Música de Santa Cruz, fundada em 1929



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 23 - Objetos indígenas Guarani



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 24 - Cadeira usada por D. Pedro II, duas medidas de bronze deixadas por este e uma espada da guarda imperial



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 25 - Objetos indígenas Guaranis



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 26 - Tambores, cuíca e casacas pertencentes à banda de congo da região



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 27 - Objetos indígenas Tupiniquins



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Com relação aos patrimônios imateriais, a comunidade celebra a festa de Nossa Senhora da Penha, padroeira do distrito. A festa é comemorada no mês de

agosto e as festividades tiveram início no ano 1938, com procissão, missa, torneios, barracas com comidas e bebidas. De acordo com relatos dos pescadores da comunidade, a festa contava com a procissão de barcos, mas em virtude da fiscalização das embarcações pela guarda costeira a procissão deixou de acontecer, pois algumas embarcações não cumpriam especificações exigidas pelo órgão.

A comunidade de Itaparica possuía uma banda de Congo, denominada Banda de Congo de São Benedito de Itaparica, que saía pelas ruas da localidade ao som dos tambores e casacas. Com a presença da banda de congo de Itaparica e demais bandas de comunidades ou municípios vizinhos, celebrava-se a fincada do mastro de São Benedito, uma prática que é ritualizada por várias comunidades do litoral capixaba. Os instrumentos ainda existem, mas moradores da comunidade relatam que a banda foi desfeita.

Como destacado acima percebe-se que há uma forte presença da religião católica em festividades que envolvem a comunidade. Portanto, pode-se afirmar que há forte presença da religião católica nos espaços públicos dessa localidade.

O carnaval também é destacado como uma festa importante. Na festa, que ocorre de acordo com o calendário nacional, há participação de bandas de música em um palco armado próximo a associação de pescadores.

VII RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA

A organização social, sob a perspectiva antropológica, leva em consideração o modo como o grupo se organiza a partir de relações baseadas em sexo/gênero, idade, parentesco, relações de trabalho, atividades recreativas e crenças (FIRTH, 1974). Os aspectos mencionados são importantes na constituição de um sistema de valores que definem padrões de comportamento a serem observados pelos membros. Este direcionamento teórico metodológico é importante para que se possa compreender os diferentes aspectos que tornam a comunidade pesqueira de Santa Cruz organizada e quais elementos, internos e externos a ela, representam rupturas.

A comunidade pesqueira hoje é representada pela Associação de Pescadores, Extrativistas e Maricultores de Santa Cruz-APEMASC, criada no ano de 2006, que conta com o número de 89 associados, segundo informações obtidas em entrevistas realizadas na comunidade. A sede da associação está localizada na rua Piraquê-Açu, número 555 e é presidida pelo Senhor Luciano Linho. No ano de 2018 a associação estava sem presidente e havia um pescador interessado em ocupar o cargo, mas, segundo relatos de entrevistas, o fato dele não ter nascido na localidade e ser natural de um estado vizinho, deixava alguns pescadores apreensivos com uma possível subida dele ao cargo.

As entrevistas revelam que, após o rompimento da barragem de Mariana/MG, muitos moradores e não moradores da comunidade, que não eram pescadores, pressionaram os responsáveis pela associação para que estes autorizassem o Registro Geral de Pesca-RGP a fim de que pudessem receber a indenização paga pelas mineradoras Samarco, Vale e Billiton BHP aos pescadores atingidos pelos efeitos dos rejeitos de minério despejados no Rio Doce e na Costa Norte. Este fato produziu instabilidade na comunidade e, após o caso se tornar problema de polícia, com as investigações envolvendo a Polícia Federal, a associação ficou sem presidência por um período. O cargo foi ocupado na segunda metade do ano de 2018.

Além do rompimento da barragem, é perceptível uma resistência da comunidade, sobretudo entre os pescadores mais velhos, às mudanças propostas por novas gerações de pescadores ou mesmo por aqueles que são oriundos de outras localidades. A comunidade de Santa Cruz possui muitos pescadores de fora em virtude das condições de navegabilidade do Rio Piraquê-Açu. Os pescadores indicam a presença dos barcos ou pescadores de fora como um gargalo nas atividades de pesca realizadas pelos nascidos na comunidade.

Em trabalho de levantamento de lideranças nesse local, foram realizadas entrevistas e reuniões. As reuniões realizadas na comunidade levantaram lideranças por meio de convocação entre os que estavam presentes. Nas entrevistas foram identificados como potenciais líderes os pescadores que são mais expressivos na comunidade, pela relação com a dinâmica desta e com a

pesca. Após este levantamento foi proposto que algumas novas lideranças fossem inseridas nos Grupos de Ação Cidadã, complementando as que já haviam sido selecionadas. Segue abaixo o quadro das lideranças levantadas:

- Liderança comunitária formal:
 - Luciano Linho (Presidente da Associação de Pescadores);
 - Sheyla de Souza Ferreira (Secretária da Associação de Pescadores – membra do GAC);

- Lideranças comunitárias informais
 - Wederson Soares Lamego (Proprietário de embarcações e pescador – membro do GAC);
 - Wamir Jovêncio (pescador e mantenedor de embarcações - membro do GAC);
 - José Nascimento Valadares (proprietário de embarcações - membro do GAC);
 - Jonas da Silva Pinto (pescador de canoa - membro do GAC);
 - Wanderley Barros Jovêncio (morador da comunidade - membro do GAC);
 - Anadelson Botaro (Pescador).

- Lideranças femininas:
 - Iris Reis Gabriel (moradora da comunidade - membra do GAC);
 - Andreia Ribeiro Leal Rosa (proprietária de barco - membra do GAC);
 - Luciana Barcelos Casete (Marisqueira - membra do GAC);
 - Sabrina Santos Ribeiro (Marisqueira e filetadora).

- Lideranças jovens:
 - Nicole de Sousa Ferreira (moradora da comunidade - membra do GAC);
 - Rômulo Vicente (pescador).

VIII REFERÊNCIAS

ARACRUZ. **Lei Municipal nº 3.143/2008**. Plano Diretor Municipal. Disponível em: <<http://www.aracruz.es.gov.br/arquivos/leis/LEI%20N%BA.%203143%20-%20PDM.pdf>> Acesso em: 13 de jun. de 2018.

_____. **História de Aracruz**. Disponível em: <<http://pma.es.gov.br/turismo/>> Acesso em: 25 de fev. 2018.

_____. **Shapefiles**. Aracruz e região, Setor de Sistemas de Informações Georreferenciadas – SIMGEO, 2019.

BARRETO FILHO, H. T. **Populações tradicionais**: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: FAPESP; Annablume. p.109-143, 2006.

BECKER. Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

_____. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 3 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

_____. **Estatuto da Cidade**, 10 de junho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Site: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. dos S. **Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva**. Ambient. soc. [online]. 2014, vol.17, n.3, pp.115-134.

CAMPOS, Marília Andrade Torales; MORAIS, Josmaria Lopes de; VIEIRA, Solange Reiguel. **Técnicas participativas em um processo de construção coletiva de uma ferramenta para a educação ambiental**. Revista Educação Ambiental em Ação. Número 56, Ano XV. Junho-Agosto/2016, s/p. Disponível em <<http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2353>>. Acesso em 26/05/2020.

CBL LOTES. **Canal de vendas de lotes do loteamento residencial Morada Park**. Disponível em: <<https://www.lotescbl.com.br/empreendimentos/morada-park/>> Acesso em: 24 de fev. de 2019.

COUTINHO, José Maria. **Uma história do Povo de Aracruz**. Aracruz: REITEM, 2006.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set./dez. 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

_____. **Povos e Mares**: leituras em sócio antropologia marítima, Nupaub, São Paulo, 1995.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

ESPÍRITO SANTO. **Shapefiles do estado do Espírito Santo**, GEOBASES. Mar. 2018 Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br/links-para-mapas1215>> Acesso em: 12 mar. 2018.

FIRTH, Raymond. **Elements of social organization**. Londres: Watts [Publicado em português em FIRTH, Raymond. 1974. *Elementos da organização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. Oficina de textos, 2008.

FLICK, Uwe. Triangulation in Qualitative Research. In. FLICK, Uwe; KARDORFF Ernst von; STEINKE, Ines (eds.). **A Companion to Qualitative Research**. Sage: Londres, 2005. pp. 178-183.

FOX, Jefferson. *et al.* O Poder de Mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**, IPPUR. Rio de Janeiro, 2008.

FREITAS NETO, Ricardo. Descrição dos Impactos Sofridos pela Comunidade de Pescadores Artesanais de Santa Cruz – ES, Brasil. **Bioikos**, PUC-Campinas, 18 (1): 51-62, 2004.

GIUMBELLI, Emerson. **Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas**. Revista brasileira de Ciências Sociais. [online]., vol. 17, no. 48. 2002

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. 2. ed. Londres: Routledge Press. Portuguese translation by Editora Vozes, 2018 [1967].

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café** : camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras : Espírito Santo, 1874-1900. Vitória. Arquivo Público, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

INCAPER. **Programa de assistência técnica e extensão rural proater 2011 – 2013**. Governo do Espírito Santo. Vitória, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arquivos Shapefile**. Espírito Santo, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

_____. **Demografia e urbanização:** o Espírito Santo no censo 2010. Vitória, ES: 2011a.

INGOLD, Tim. **Evolutionary Models in the Social Sciences**. Cultural Dynamics, 4, p. 355-378, 1991.

_____. A evolução da sociedade. In: FABIAN, Andrew C. (org.). **Evolução:** sociedade ciência e universo. Bauru (SP): EDUSC. pp. 107-131, 2003.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernarndo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v.8, n.1, p.37-54, Jan./Jun. 2004.

_____. (org.) **A questão ambiental no pensamento crítico:** natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

_____. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e desafios. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. e LAMOSA, Rodrigo. **Educação ambiental no contexto escolar:** um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Quartet; CNPq, 2015.

MERLO, Patrícia Maria da Silva.; FRANCO, S. P.; BARRETO, S. M. C. **Aracruz:** cultura local, tradição e diversidade. Vitória Editora. 2014.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa:** Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n.10, pp. 200-215. 1992.

RABELO, L. R. **A pesca de camarão em Conceição da Barra, ES, como um estudo multidisciplinar do colapso de um sistema pesqueiro, 2006.** Monografia (Graduação em Oceanografia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

SANTOS, César Simoni. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. (orgs). **A cidade como negócio**, pp. 13-43, 2015, São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, Milton. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 16. ed. Rio de Janeiro: Record Ltda, 2012.

SILVA, Regina.; JABER-SILVA, Michelle. O mapa social e a educação ambiental, diálogos de um mapeamento participativo no Pantanal, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 201-221, 2014.

SPENCER, Herbert. **Do progresso sua lei e sua causa.** Lisboa: Inquérito, 1939.

TAKAKI, Emika; REGINENSI, Caterine. **Mapa da Memória:** Vale Encantado. 2010. (Cartas, mapas ou similares/Mapa).

THIBAUD, Jean-Paul. L'horizon des ambiances urbaines. In: **Communications**, 73, 2002. Manières d'habiter, sous la direction de Philippe Bonnin. pp. 185-201. 2.

THOMAS, William Isaac; ZNANIECKI, Florian. **El Campesino Polaco en Europa y en América**. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

XAVIER-DA-SILVA, Jorge. **Geoprocessamento para análise ambiental: Aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IX APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

INTRODUÇÃO

O presente termo de referência objetiva a parametrização do levantamento de dados das comunidades pesqueiras. O relatório deverá ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão. As informações devem ser fornecidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possa compreender a área estudada e deverá contemplar os seguintes aspectos:

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Este item tem como finalidade realizar uma caracterização geral da comunidade, incluindo: descrição da localização da comunidade em relação ao município, breve histórico de formação territorial e seu contexto de inserção. Descrição do número de pescadores cadastrados nas respectivas colônias e associações, identificação dos “pescadores de fato”, localização das moradias ou minimamente uma referência de localização - bairro, rua, ponto de referência.

Também pretende-se levantar as principais áreas de interesse na comunidade de pescadores: pontos de embarque e desembarque dos pescadores; áreas de atuação – marítimas, costeiras e terrestres – das atividades pesqueiras; locais de concentração e convívio dos pescadores em terra; localização das residências dos pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado;
- Os acessos principais e alternativos à comunidade;
- Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente;
- Endereço de residência ou referência de localização da residência.
- Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador;
- Análise *in loco*, com registro fotográfico, das áreas de embarque e desembarque pesqueiro de maior frequência e que podem ser identificadas por observação. O registro fotográfico deverá conter as referências de coordenadas geográficas – ativar função de GPS/localização da câmera ou do celular – que possibilitem a posterior marcação em um programa SIG-QGIS ou ArcGIS.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores;

- Registro fotográfico;
- Dados de GPS.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de localização da comunidade contendo: limites municipais, limites das comunidades rurais, limites de bairros, limite das áreas urbanizadas, identificação das principais vias;
3. Mapa da localização de pontos de referência histórica da formação territorial da comunidade, áreas de ocorrência de eventos importantes da comunidade que contribuíram para formação da comunidade de pescadores;
4. Mapa de acesso à comunidade;
5. Mapa com a localização das residências dos pescadores;
6. Mapa das áreas de embarque e desembarque dos pescadores artesanais;
7. Mapa das áreas de atividade pesqueira - marítima, costeira e terrestre.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O item de uso e ocupação do solo tem o objetivo de analisar e caracterizar a estrutura/forma/tipo de ocupação e desenvolvimento do solo urbano e rural, no qual as comunidades se inserem. Tal análise se baseia na identificação das zonas de predominância de tipologias construtivas, considerando a estrutura da malha urbana – continuidade/descontinuidade, integração/segregação – e na identificação de áreas que apresentem algum tipo de precariedade urbana – falta de infraestrutura, tipologia construtiva das edificações.

Também é pretendido caracterizar a estrutura atual de uso e ocupação do solo, indicando as zonas de predominância de uso, predominância de gabarito – quando existir edificação destoante do entorno – núcleos de concentração de atividades não residenciais e de impacto nas atividades de pesca artesanal, indicando o perfil de tais atividades – porte, tipo, localização, existência de EIV/EIA/RIMA, etc.

Ainda nesse mesmo item se propõe a avaliação das possíveis transformações urbanísticas induzidas por fatores externos não controlados pela comunidade ou pela municipalidade – adensamento, uso e ocupação do solo, estratificação social, atração de pessoas, oferta de trabalho, dentre outras – provenientes da implantação de empreendimentos no entorno da comunidade.

Por fim, propõe-se a análise das áreas de possível valorização imobiliária e do território quanto aos conflitos com empreendimentos de naturezas diversas às comunidades de pesca artesanal.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros;
- Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como:
 - a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo;

- Percepção do pescador quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram maior possibilidade de emprego para os pescadores ou para a comunidade em geral, ou pescadores que enriqueceram e contrataram pescadores artesanais;
- Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas;
- Análise e mapeamento da evolução urbana por meio de imagens aéreas ao longo dos anos. As imagens serão adquiridas através das diversas plataformas disponíveis: IJSN, Geobases, Google, Incaper;
- Análise e mapeamento da estrutura da malha urbana, por meio de observação e registro fotográfico, observando os seguintes pontos: Continuidade e descontinuidade da mancha urbana;
- Áreas com predominância de precariedade - encostas de morros, margens de corpos hídricos, tipologia construtiva de má qualidade, edificações em estágios de degradação, falta de infraestrutura como água, esgoto, iluminação pública, entre outros;
- Áreas de predominância de uso não residencial - comércio, serviço, indústria -, por zonas de predominância e possíveis conflitos gerados. O levantamento do referido dado deverá ser acompanhado por registro fotográfico que comprove as zonas de predominância de uso;
- Atividades industriais ou empreendimentos de natureza geral que impactam o cotidiano da comunidade, caracterizando por porte, tipo e localização.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de zonas de predominância de uso e conflitos;
3. Mapa da estrutura da malha urbana;
4. Mapa das áreas de risco;
5. Mapas de ocupação informal e precárias;
6. Mapa de percepção ambiental com a definição dos percursos, nós e marcos indicados pelos pescadores.
7. Mapa de áreas de valorização imobiliária e conflitos;
8. Mapa de conflitos entre comunidade pesqueira e empreendimentos de natureza geral.

QUALIDADE AMBIENTAL

O item de qualidade ambiental tem o objetivo de avaliar a qualidade das áreas ambientais dentro e no entorno da comunidade de pescadores, considerando os aspectos físicos do relevo, hidrografia, vegetação e solo e também das transformações na paisagem, responsáveis por alterar as formas e processos dos elementos naturais.

Também pretende-se caracterizar as áreas ambientais sensíveis no entorno da comunidade, assim como as áreas de preservação – Reservas Ecológicas, APAs, UCs, etc. – e os impactos que estas vêm sofrendo ao longo do tempo.

Por fim, pretende-se comparar as áreas ambientais previstas no PDM do município e no mapeamento do uso do solo disponível no IJSN – caso a primeira não esteja disponível ou

acessível – com o atual estado dessas áreas, avaliando se ocorreu a preservação das mesmas ou não.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação dos pescadores de como as áreas ambientais eram em relação a como estão hoje;
- Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos;
- Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores;
- Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais;
- Análise da base de dados oficial identificando quais áreas ambientais estão mapeadas para verificação de correspondência em campo;
- Áreas ambientais mapeadas em PDM, base cartográfica do IJSN.

Evidências Coletadas:

- Entrevistas com pescadores;
- Fotografias das áreas ambientais;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório contendo os dados levantados referentes aos itens em questão;
2. Mapeamento das áreas de fragilidade ambiental no entorno da comunidade;
3. Mapeamento dos recursos hídricos de pequeno porte não identificados na base oficial;
4. Levantamento de dados para o Mapa socioambiental - Mapa síntese com os desenhos que os pescadores fizeram no campo – mapa participativo.

MOBILIDADE URBANA

O item que trata sobre a mobilidade urbana das comunidades tradicionais objetiva a caracterização da infraestrutura viária da localidade, por meio da descrição das principais vias de acesso – arteriais e coletoras – da intensidade de fluxos, dos principais meios de transporte da comunidade, pontos de ônibus e transporte coletivo, da identificação dos principais fluxos de deslocamento viário – trabalho e residência – e condições de infraestrutura das calçadas.

Através da análise e caracterização das infraestruturas de mobilidade urbana, pode-se entender o padrão de vida da comunidade e em qual contexto socioeconômico a mesma se insere. As relações entre os deslocamentos, pontos de parada e principais rotas de passagem, podem demonstrar a dinâmica local da comunidade pesqueira e como essa se dá no território.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc.
- Indicação dos principais meios de transportes utilizados para locomoção cotidiana;
- Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho;

- Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?
- Análise e mapeamento das condições de infraestrutura das calçadas segundo as normas vigentes (NBR 9050/2015).

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de Hierarquia viária;
3. Mapa de pontos de parada de transporte coletivo;
4. Mapa de Intensidade de fluxos - Carros, motos, bicicletas e pedestres;
5. Mapas de conflitos entre mobilidade e escoamento de produção da cadeia produtiva da pesca - localização da fábrica de gelo.

MAPEAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Coleta preliminar de informações cartográficas com os pescadores para criar um banco de dados para o mapeamento participativo com pescadores: mapa socioambiental e mapa social. A metodologia está alinhada com as entrevistas semiestruturadas que serão realizadas pelo grupo sócio-antropológico, juntamente com o material de base cartográfica para que os próprios entrevistados possam representar espacialmente os seguintes itens:

Atividades extrativistas;
Manuseio de plantas;
Relações afetivas;
Conflitos Ambientais;
Circulação, trilhas e trajetos.

Também será realizado um mapeamento dos pontos de referência visuais utilizados por pescadores tradicionais para sua localização no mar. Para tal, o mapeamento envolverá: Elaboração de polígono com os nomes dos mares e o nome dos pontos de referência na paisagem terrestre - morros. A metodologia deve ser aplicada às comunidades da Grande Vitória e Aracruz. Nas demais comunidades, deve ser verificado se há uma forma semelhante de referência espacial.

Serão identificadas outras formas de localização do ponto em que o pescador se encontra durante a pesca, como localizar os corais – cascalhos - e áreas mais profundas, a partir do uso de pesos em linhas, por exemplo, quando o tempo está “fechado” e somente a referência visual não basta para identificar sua localização.

Também serão realizados mapas síntese das informações de todas as comunidades, apresentando as características comuns entre elas e no que elas diferem, como a quantidade total de pescadores; percentual de pescadores em relação à população total do município; quantidade de embarcações, etc. Esses mapas serão produzidos *a posteriori* quando as informações de campo forem sintetizadas.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Registros dos itens supracitados, cartografados pelos pescadores, referentes à cartografia socioambiental;
 - Utilização de mapa-base para que o próprio pescador possa fazer as representações no território.
- Registro da fala dos pescadores, indicando elementos importantes que possam ser espacialmente georreferenciados, mas que envolvem outra escala de abrangência.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores;

Produtos:

1. Relatório descritivo contendo os dados coletados, juntamente com os mapas anexados com a contribuição dos pescadores;
2. Mapa de localização dos mares;
3. Registro fotográfico de instrumentos utilizados para localização no mar;
4. Registro do nome dos morros e seus alinhamentos;
5. Mapa socioambiental - trabalhado *a posteriori* em ambiente SIG;
 - 5.1. Áreas de pesca;
 - 5.2. Áreas de conflito;
 - 5.3. Referências de localização dos mares;
- 5.4. Demais informações relatadas pelos pescadores que se distribuem espacialmente no território;

EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

O item objetiva a caracterização dos equipamentos urbanos e áreas de uso da comunidade, bem como a indicação das condições de infraestrutura dos equipamentos e áreas de sociabilidade, sua localização e horários de uso predominantes. Também deve indicar quais são os espaços de lazer formais e informais.

Realiza a análise das condições de infraestrutura urbana básica, como: abastecimento de água potável, energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de coleta e tratamento de esgoto e rede de drenagem pluvial.

Levanta/atualiza as condições em que os PCAPs implantados nas comunidades se encontram, informando sua localização, estado de funcionamento, degradação, entre outros.

O item deve destacar/levantar quais patrimônios históricos apresentam maior relevância para comunidade de pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Identificação, em mapa, dos locais de socialização ou/e atividades sociais da comunidade;
- Informações sobre horários predominantes de uso dos equipamentos;
- Identificação da frequência de utilização dos equipamentos;

- Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

- Relatório contendo a descrição dos dados levantados referentes ao item em questão;
- Mapa de equipamentos urbanos – UPAs, Escolas, CRAS, Projeto Tamar, Associações, Prefeituras, entre outros;
- Mapa das áreas de sociabilidade, espaços de lazer;
- Mapa de patrimônio histórico;
- Mapa de infraestrutura - água, energia, telecomunicações, esgoto, drenagem, entre outros.

ITENS PARA O DIRECIONAMENTO DA PESQUISA SOCIOANTROPOLÓGICA

- Levantamento de lideranças formais, feminina e jovem;
- Levantamento das relações sociopolíticas das comunidades;
- Levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social;
- Levantamento das relações socioambientais;
- Levantamento de atividades culturais;
- Levantamento de conflitos socioambientais;
- Levantamento de órgãos de interesse da comunidade;
- Levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade;
- Levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental;
- Método: Conversas com pescadores e familiares de pescadores e realização de entrevistas semiabertas.

Pontos norteadores das entrevistas:

SOCIOECONOMIA

- Ocupação – Emprego;
- Características familiares;
- Turismo;
- Atividades econômicas;
- Setores econômicos;
- Renda;
- Educação;
- Saúde;
- Perfil da Comunidade Pesqueira.

POLÍTICAS SOCIAIS

- Saúde;
- Educação;
- Assistência Social;

- Geração de emprego e renda;
- Mulher;
- Racial;
- Quilombola;
- Populações e territórios tradicionais;
- Criança e Juventude;
- Turismo;
- Cultura;
- Esporte e Lazer.

CULTURA:

- Festividades;
- Música;
- Religiosidade;
- Tradição oral;
- Ritos, rituais e lendas;
- Iconografia;
- Identidade;
- Práticas cotidianas.

RELAÇÕES SÓCIO POLÍTICAS:

- Lideranças comunitárias formais;
- Lideranças comunitárias informais;
- Lideranças femininas;
- Lideranças jovens;
- Cadeias de reputação;
- Relações de Parentesco;
- Relações institucionais;
- Mobilização coletiva;
- Conflitos sociopolíticos.

RELAÇÕES DE TRABALHO:

- Divisão sexual do trabalho;
- Infância e juventude;
- Trajetória profissional;
- Horizonte de oportunidades.

CARTOGRAFIA SOCIAL:

- Parentesco;
- Pertencimento;
- Memória.

RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:

- Atividades extrativistas;
- Manuseio de plantas;
- Relações afetivas;
- Conflitos.

GÊNERO:

- Divisão Sexual do Trabalho;

- Relações Familiares e de gênero;
- Violências;
- Papeis sociais e sua divisão;
- Conflitos de gênero.

MULHERES:

- Poder de decisão;
- Participação religiosa;
- Educação.

FAMÍLIA:

- Estado civil;
- Profissão do marido/esposa;
- Prole;
- Renda:
- Participação na renda familiar;
- Quantas pessoas na família contribuem com a renda familiar.

TRABALHO:

- Início na atividade;
- Tipo;
- Atribuição na atividade;
- Trabalhos além da atividade;
- Relações entre pares;
- Nível de satisfação com o que faz.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

- Participação na associação de pescadores - tomada de decisões;
- Ocupação de cargos na colônia ou associação de pescadores;
- Pertencimento a partido político, grupos religiosos, associação de moradores etc.

DIREITOS RELACIONADOS À PROFISSÃO:

- Seguro defeso;
- Aposentadoria.

INFÂNCIA E JUVENTUDE:

- Socialização;
- Violências;
- Educação;
- Cultura e lazer;
- Religião;
- Perspectiva de futuro;
- Espaços de sociabilidade;

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES

1. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

1.1 - O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado.

Pergunta:

O senhor poderia falar um pouco sobre a história de como começou a comunidade. Quem foram os primeiros a chegar, onde começaram a morar/construir suas casas?

1.2 - Os acessos principais e alternativos à comunidade.

O acesso à comunidade é só pela rodovia ou tem algum caminho diferente que se consegue chegar até aqui?

1.3 - Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente.

Antigamente existia cerca de quantos pescadores aqui na comunidade? E hoje, quantos pescam?

1.4 - Endereço de residência ou referência de localização da residência.

O(a) senhor(ra) poderia nos dar seu endereço?

1.5 - Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador.

O desembarque do pescado é feito onde? Poderia mostrar aqui no mapa onde se encontram os locais de embarque e desembarque? Onde ficam atracados os barcos?

2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

2.1 - Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros.

Existe alguma empresa aqui por perto? Indústria, pesca industrial, Petrobras com plataformas de petróleo no mar? Esses empreendimentos mudaram a vida do(a) senhor(a)?

Trouxeram alguma transformação depois que se instalaram? Como é pesca com estas empresas aqui?

2.2 - Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo.

Como era a comunidade quando o senhor(a) começou a pescar e como é hoje? Como está a comunidade/pescadores e familiares hoje?

2.3 - Percepção do(a) pescador(a) quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram mais oportunidades de trabalho para os pescadores ou para a comunidade em geral.

Existem muitos empregos para os pescadores e familiares na região? Como que está o emprego na região?

2.4 - Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas.

Quais lugares aqui da região o senhor acha importante para os pescadores? Existe alguma paisagem que é importante para os pescadores? Quais lugares o senhor costuma parar e ficar um tempo?

2.5 - Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc.

Qual a rota que o senhor costuma fazer durante a semana? Da sua casa até ir para o mar? Poderia me mostrar aqui no mapa?

2.6 - Indicação dos principais meios de transporte utilizados para locomoção cotidiana.

E o senhor usa que tipo de transporte para se locomover? Ônibus, moto, carro, bicicleta?

2.7 - Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho.

Quanto tempo o senhor leva da sua casa até o trabalho? O que o senhor pensa sobre a distância entre sua casa e o local de trabalho?

2.8 - Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?

O que o senhor acha da qualidade dos ônibus, dos pontos de ônibus e das ruas? O que o senhor gostaria que mudasse? Quais os horários dos ônibus que passam aqui? Eles passam no horário?

3. EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

3.1 - Identificação, em mapa, dos locais de socialização e/ou atividades sociais da comunidade.

O senhor usa (nome do equipamento em questão nas proximidades)? E outras pessoas, o senhor vê por aqui? É um local de movimento? Como é durante a noite?

3.2 - Informações sobre horários de uso predominante dos equipamentos.

Qual o horário que o senhor percebe em que as pessoas mais utilizam (nome do equipamento em questão nas proximidades)

3.3 - Identificação da frequência de utilização dos equipamentos.

Qual a frequência de utilização deste equipamento? O senhor vem frequentemente? E quanto a outras pessoas?

3.4 - Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

O (Falar o nome do PCAP: exemplo: fábrica de gelo...) atende bem as necessidades da comunidade de pescadores? Como está a qualidade da instalação? E a localização? Poderia nos falar o que o PCAP trouxe de bom para comunidade? O que não trouxe?

4. QUALIDADE AMBIENTAL

4.1 - Indicação dos pescadores de como eram as áreas ambientais em relação a como estão hoje.

Como era a vegetação aqui na comunidade há X anos atrás?

4.2 - Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos.

Quais foram as mudanças que aconteceram com as áreas ambientais? A restinga e o manguezal iam até onde?

4.3 - Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores.

Essas mudanças (colocar o que o pescador respondeu na outra pergunta) alteraram a rotina de vocês? Quais foram as consequências (dessas mudanças)?

4.4 - Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais.

Qual (empresa, instituição, pessoa, grupo) foi responsável por causar esse impacto?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****“Projeto Redes de Cidadania”****Responsáveis pela pesquisa: Viviane Mozine Rodrigues e Augusto César Salomão Rodrigues.****“Universidade de Vila Velha”**

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Essa pesquisa procura mobilizar, organizar e integrar as comunidades de pescadores e marisqueiras artesanais do centro-norte capixaba dando formação e fortalecendo as ações nos eixos de Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda (GTR), Licenciamento Ambiental e Letramento Digital. Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguintes(s) procedimentos: entrevista com foco em questões sócio antropológicas, socioambientais e urbano territoriais relacionadas as comunidades de pesca artesanal da região e da própria região em si.

Os riscos envolvidos com sua participação são: a divulgação de informações com base nas gravações, entrevistas e fotografias. Tais riscos serão minimizados através das seguintes providências: sigilo da identidade das fontes das quais as informações foram adquiridas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo. Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre as comunidades de pesca artesanal e quais suas necessidades.

Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações (gravações, entrevistas, entre outras) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do projeto Redes de Cidadania com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Se você tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Viviane Mozine Rodrigues, Rua Henrique Moscoso, 368 – Praia da Costa Vila Velha – ES, 29.101-330, telefone (27) 99248-9654, e-mail vmozine@uvv.br.

Dúvidas sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UVV localizado Prédio da Reitoria no subsolo: na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel.: (27) 3421-2063, E-mail: CEP@uvv.br.

Horário de funcionamento: 2ª a 5ª 07h às 12h e das 13h às 17h e 6ª feira - 07h às 12h e das 13h às 16h. Secretária: Sirlene Gomes Neves. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do paciente na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UVV, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa do Projeto Redes de Cidadania, dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

Participante (ou Responsável): (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador responsável: (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador Participante (assinatura, nome e CPF)

A assinatura do voluntário não pode ser aposta em papel à parte do corpo do TCLE.
O TCLE é um documento único e deve ser sempre apresentado integralmente. Nunca o presente inserido como parte de outro texto ou apenas parte do mesmo.
O TCLE deve estar assinado por todos os pesquisadores.
Nas pesquisas em que participantes estejam impossibilitados de escreverem assinarem o nome, é necessário ter o espaço para a aposição da digital como assinatura no TCLE.